



VISÃO GERAL E RESULTADOS

Inovação & Colaboração
Recomendações de Políticas Públicas
Compromissos de Ação

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2012



Conteúdo

I.	Sumário Executivo	3
II.	Energia & Clima	8
III.	Água & Ecossistemas	14
IV.	Agricultura & Alimentos.....	18
V.	Economia & Financiamento do Desenvolvimento Sustentável.....	22
VI.	Desenvolvimento Social	28
VII.	Urbanização & Cidades	34
VIII.	Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Educação em Gestão Responsável	37

Apêndice

- A. Compromissos de Ação da Rio +20**
 - **Compromissos de Ação Coletiva**
 - **Compromissos da Rede Local do Pacto Global**
 - **Compromissos Corporativos Individuais**

- B. Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20: Visão Geral do Programa**

- C. Encerramento da Plenária de Alto Nível - Pacto do Rio: Agenda**

I. Sumário Executivo

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - conhecida como Rio+20 - visa pôr o mundo em um caminho mais sustentável, nas esferas ambiental, social, econômica e de governança. A Rio +20 é uma oportunidade de promover-se um forte senso de propósito comum e de responsabilidade coletiva entre todos os atores - governos, empresas, investidores, cidadãos, consumidores, trabalhadores e educadores - a fim de sairmos do *status quo* em direção a um futuro mais sustentável.

As empresas desempenham um papel vital neste esforço, através da sustentabilidade corporativa - definida como a geração de valor, a longo prazo, por uma empresa - em termos financeiros, sociais, ambientais e éticos.

Embora práticas as empresariais responsáveis sejam complementares - e nunca substitutivas - às ações do Governo, elas têm um grande potencial de ajudar no avanço do desenvolvimento sustentável em larga escala, de acordo com a agenda da Rio +20. Um envolvimento colaborativo e voltado a encontrar soluções, por parte do setor privado, pode ajudar a deflagrar uma ação generalizada em prol da sustentabilidade. Tais ações, incluindo investimento o direto estrangeiro, alinhadas aos princípios universais de sustentabilidade, podem ser complementos importantes à assistência oficial para o desenvolvimento, no atendimento aos objetivos da ONU.

Um trabalho progressivo e promissor está em andamento. As soluções transformadoras empregadas pelas empresas têm a capacidade de causar impactos profundos em áreas como energia e clima, água, biodiversidade, agricultura e alimentos, corrupção e igualdade de gênero. E os negócios cada vez mais se focam em novos e inovadores espaços de oportunidades, que promovem o sucesso das empresas e dos investidores, enquanto geram um valor social - como ajudar a tirar as pessoas da pobreza - através de empresas sócias, ou no desenvolvimento de produtos e processos verdes.

Apesar dos desdobramentos positivos e das tendências em mutação, a sustentabilidade corporativa - conforme é praticada hoje em dia - é insuficiente; é necessário um verdadeiro salto quântico. Com os incentivos certos e com os meios propícios, o setor privado pode dar contribuições expressivas e duradouras à agenda de desenvolvimento sustentável - no Rio e além.

Para isto, o Fórum de Sustentabilidade Corporativa ("o Fórum") da Rio +20 se reuniu, de 15 a 18 de junho de 2012, de modo a fornecer uma plataforma de lançamento, para lograr maior envolvimento do setor privado e de investidores em desenvolvimento sustentável, e para pedir que os Governos tomem medidas para apoiar a sustentabilidade corporativa, em nível mundial.

O Papel da Sustentabilidade Corporativa

Há duas décadas, quando a Organização das Nações Unidas sediou a Cúpula da Terra no Rio, poucas empresas exploravam a noção do negócio sustentável, bem como os impactos de longo prazo que suas operações teriam sobre o meio-ambiente e a sociedade. Hoje, milhares de empresas promovem a sustentabilidade corporativa, através de uma série de iniciativas globais.

O Pacto Global das Nações Unidas é a maior iniciativa mundial de sustentabilidade corporativa, com cerca de 7.000 signatários corporativos de 135 países, além de milhares de outras partes interessadas. Cada participante corporativo comprometeu-se a alinhar suas estratégias e operações com princípios universais, nas áreas de

direitos humanos, meio-ambiente, trabalho e combate à corrupção e, em seguida, relatar publicamente o seu progresso. Outras importantes organizações de empresários e investidores baseadas em sustentabilidade corporativa incluem a *Global Reporting Initiative* (GRI, Iniciativa Global de Relatórios), o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (WBCSD) e os Princípios de Investimento Responsável (PRI), apoiados pela ONU.

Apesar do progresso, a sustentabilidade corporativa não penetrou a maioria das empresas ao redor do mundo, e nem vimos as ações profundas necessárias no enfrentamento dos desafios mais urgentes. Para atingir ampla escala, estruturas de incentivos econômicos devem ser realinhadas, de modo que a sustentabilidade seja valorizada e rentável.

As empresas e outras partes interessadas estão clamando para que os governos cumpram as suas próprias obrigações de sustentabilidade e ajudem a fornecer ambientes propícios para que as empresas deem suas contribuições para o desenvolvimento sustentável. O aumento da escala e da intensidade de esforços globais de sustentabilidade também exige o envolvimento de empresas que ainda não abraçaram a sustentabilidade e responsabilidade empresariais, o incentivo a empresas menos avançadas, ao intensificarem seus empenhos e esforços, e a inspiração dos líderes, que irão trilhar o caminho para a próxima geração de desempenho em sustentabilidade.

Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio+20

Nos dias que antecederam a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, o Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20 reuniu mais de 2.700 participantes - aproximadamente metade dos quais advindos da comunidade de empreendedores e investidores, e a outra metade advinda da sociedade civil, academia, cidades, governos e Nações Unidas.

O Fórum foi composto por mais de 120 sessões, focadas ao longo de seis eixos temáticos alinhados com as principais prioridades da conferência Rio +20: Energia & Clima, Água & Ecossistemas, Agricultura & Alimentos, Economia & Finanças de Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Social e Urbanização & Cidades. As sessões foram organizadas pelo Escritório do Pacto Global da ONU, mais de 35 parceiros estratégicos das Nações Unidas e mais de 20 Redes Locais do Pacto Global.

Por meio do Fórum, o Pacto Global da ONU e seus parceiros visaram os seguintes resultados:

- 1. Provar que a sustentabilidade corporativa é um elemento essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável e ressaltar a necessidade urgente da ONU engajar o setor privado como parceiro fundamental.*
- 2. Demonstrar que as plataformas baseadas em princípios e parcerias transformadoras estão avançando questões críticas - incluindo energia sustentável, clima, água, alimentos, empoderamento das mulheres, direitos das crianças e boa governança - com o potencial de produzir enormes resultados, se for alcançada maior escala.*
- 3. Destacar que não pode haver desenvolvimento sustentável sem respeito pelos direitos humanos; embora a responsabilidade primordial de garantir a promoção e proteção destes direitos caiba aos Governos, as empresas têm a responsabilidade independente de respeitar os direitos humanos.*

4. *Apresentar as principais inovações tecnológicas e sociais, enfatizando que muitas das soluções para os desafios da sustentabilidade já existem e podem ser mais amplamente adotadas se tiverem apoio adequado, de governos e de investidores.*
5. *Demonstrar que as Redes Locais do Pacto Global são plataformas robustas para ação empresarial em nível local, com mais de 20 redes promovendo sessões no Fórum. Das 101 redes existentes, cada vez mais estão emergindo como polos de sustentabilidade, indicando que dispõem de grande capacidade de apoiar participantes e mobilizar ações coletivas.*
6. *Demonstrar a influência crítica de outras partes interessadas - incluindo investidores, bolsas de valores, universidades e escolas técnicas e cidades - no estímulo à sustentabilidade corporativa. As sessões realizadas por esses grupos no Fórum - por exemplo, os Princípios do Investimento Responsável e os Princípios da Educação Empresarial Responsável - visam trazer maior escala para o trabalho realizado por eles.*
7. *Motivar um número crescente de empresas a se comprometer com os princípios da sustentabilidade universal e relatar seu desempenho, conforme elencado pelo Pacto Global da ONU.*
8. *Mobilizar um grande número de compromissos com ações e parcerias com empresas e outras partes interessadas. Para garantir que esses compromissos se traduzam em ações verdadeiramente impactantes, foram aceitos apenas aqueles que têm metas claras e se comprometem a produzir relatórios públicos e anuais de seu progresso. O objetivo inicial e contínuo do Pacto Global das Nações Unidas é gerir este processo, através do qual entidades da ONU, bem como parceiros externos, como o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, podem canalizar compromissos através do business.un.org, o UN-Business Partnership Gateway.*
9. *Servir de inspiração e motivação para que os governos passem para uma economia verde, e tomar medidas para apoiar práticas responsáveis de negócios, em nível global.*

O Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio+20 serviu como plataforma de lançamento de centenas de novas atividades, recursos e compromissos de ação por parte das empresas individuais, sociedades múltiplas e parcerias público-privadas, incluindo:

- Cerca de 200 compromissos de ação anunciados pelas empresas durante o Fórum, representando ações individuais e coletivas, nas áreas social, econômica e ambiental. Os compromissos estão documentados no Apêndice e também aparecem no site da UN-Business Partnership Gateway, em business.un.org.
- A Rede do Pacto Global Brasil mobilizou um compromisso em grande escala, em que mais de 200 diretores de empresas brasileiras endossaram as Contribuições Empresariais para a Promoção de uma Economia Verde e Inclusiva, que estabelece 10 compromissos a serem cumpridos até o final de 2012.
- O lançamento de um novo quadro de políticas empresariais, para ajudar as empresas no desenvolvimento, implementação e divulgação de políticas e práticas relacionadas aos ecossistemas e à biodiversidade.

- O lançamento de um quadro corporativa de investimento social, projetado para grandes corporações, investidores institucionais e governos interessados em incubar e ampliar *startups* com fins lucrativos e pequenas empresas com missões sociais e ambientais.
- O anúncio, por 16 empresas e outras interessadas do setor de alimentos e agricultura, do compromisso de liderar o desenvolvimento de princípios empresariais globais e voluntários sobre boas práticas e políticas para a agricultura sustentável - para desenvolver um entendimento comum e acordar quais são os recursos e impactos necessários para transformar os mercados e os sistemas de fornecimento agrícola.
- O lançamento de um Comunicado especial, por parte de 45 diretores executivos e direcionado aos governos, tratando da importância de alcançar a sustentabilidade hídrica global, incluindo exemplos de ações e compromissos empresariais e recomendações de políticas públicas necessárias para alcançar tal objetivo.
- Mais de 70 empresas, governos e organizações internacionais endossaram a plataforma da Green Industry Platform (Plataforma de Indústria Verde), uma iniciativa para integrar considerações ambientais e sociais às operações empresariais, através do uso eficiente de energia e matérias-primas, práticas inovadoras e aplicações de novas tecnologias verdes.
- A introdução de um Centro de Ação para a Água (Water Action Hub) global, a primeira plataforma online do mundo que irá reunir empresas, governos, organizações da sociedade civil e outros interessados em torno de projetos de gestão hídrica em bacias hidrográficas e de captação.
- O lançamento de uma nova plataforma para promover a transparência e divulgação de questões sobre igualdade de gênero nas empresas, através dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Principles, WEP), atualmente apoiados por mais de 400 diretores executivos em todo o mundo.
- O lançamento de um guia de melhores práticas empresariais em matéria de Energia Sustentável para Todos, incluindo ações prioritárias e facilitadores para o sucesso, em 19 setores da indústria.
- O compromisso, por parte de cinco bolsas de valores - que, coletivamente, abarcam mais de 4.600 empresas - de promover o investimento sustentável - um primeiro passo na direção de um maior apelo mundial, pelas bolsas de valores, para a divulgação de dados de sustentabilidade e desempenho das empresas cotadas.
- Apelo para que investidores integrem questões de sustentabilidade aos relatórios anuais de todas as empresas cotadas e empresas privadas de grande porte.
- Os principais executivos de 37 bancos, fundos de investimento e companhias de seguros apresentaram uma Declaração de Capital Natural, voltadas à integração de considerações referentes ao capital natural em seus produtos e serviços.
- O lançamento de uma declaração para as Instituições de Ensino Superior, endossada por mais de 260 das principais escolas de negócios e universidades de todo o mundo, que compartilham o compromisso de incorporar as questões de sustentabilidade ao ensino, pesquisa, e em suas próprias atividades organizacionais e de gestão.

No dia 18 de junho, a plenária de alto nível de encerramento do Fórum - o Pacto do Rio - reuniu diretores executivos com líderes de governo, da sociedade civil e das Nações Unidas, bem como participantes do Fórum, para discutir e definir estratégias para uma nova era de sustentabilidade global - com aproximadamente 1.500 participantes. Na sessão, os líderes destilaram os resultados do Fórum de quatro dias e identificaram as ações e compromissos empresariais mais promissores, em vários temas-chave referentes à sustentabilidade.

Além disso, um dos principais resultados da sessão de encerramento foi um apoio esmagador aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com cerca de 1.000 executivos de empresas indicando, no Fórum, o seu desejo de trabalhar com os governos no estabelecimento de objetivos e metas - e vendo os ODS como uma força motriz para levar a sustentabilidade adiante.

O documento com a Visão Geral e os Resultados do Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio + 20, apresentado ao Secretário-Geral da ONU em 21 junho de 2012, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, destaca as principais práticas empresariais em áreas-chave da sustentabilidade - e o amplo espectro de ideias apresentadas no Fórum, incluindo inovações, parcerias e recomendações de políticas públicas - bem como um apêndice com cerca de 200 compromissos com ações, anunciados por líderes empresariais.

As ações e os compromissos lá incluídos exemplificam um esforço mais abrangente, por parte de milhares de empresas e outras organizações ao redor do mundo que estão na vanguarda da sustentabilidade. Espera-se que este documento possa servir de base para identificar os caminhos mais promissores, para transformar mercados em aspectos fundamentais que irão contribuir para um mundo mais sustentável e para o futuro que almejamos.

II. Energia e Clima

A mudança climática é um desafio relacionado à oportunidade de fornecer energia sustentável a todos. Atualmente, os combustíveis fósseis representam a grande maioria das fontes mundiais de energia primária; esta fonte de energia é um recurso finito, enfrentando uma crescente demanda, e que não está disponível de forma equânime em toda a economia global. Estes mesmos combustíveis fósseis também contribuem para a maior parte do aumento anual global de emissões de carbono, um dos principais impulsionadores das mudanças climáticas. Esta dualidade tem resultado no desafio global de mitigar mudanças climáticas catastróficas e proteger as comunidades mais vulneráveis dos efeitos climáticos negativos, proporcionando acesso equitativo à energia. Nesse sentido, assegurar energia sustentável para todos e combater as mudanças climáticas são medidas essenciais para o alcance da paz, do desenvolvimento e de segurança, bem como a da estabilidade do mercado econômico.

O setor privado tem um papel crucial a desempenhar na sustentabilidade, tanto na redução dos impactos negativos quanto no fornecimento de soluções para o clima e a energia enquanto, simultaneamente, também gera retornos financeiros atrativos. As empresas estão muito bem posicionadas para enfrentar os desafios ambientais, sociais e de desenvolvimento relacionados à energia e ao clima, ao:

- Aumentar a eficiência energética das operações e desenvolver produtos que apoiem outros setores, para que passem a usar energia de modo mais eficiente;
- Promover tecnologias renováveis e o uso de energia renovável para alimentação das próprias operações da empresa;
- Reduzir - e desenvolver produtos que permitam a outros reduzirem - os efeitos não-energéticos diretos e indiretos das emissões de gases de efeito estufa relacionados a processos industriais, agricultura e resíduos;
- Desenvolver soluções que ajudem a todos, mas especialmente os mais vulneráveis, comunidades e grupos interessados, a se adaptarem às mudanças climáticas; e
- Investir no desenvolvimento e implementação de uma infraestrutura moderna de energia e serviços.

Através do *Caring for the Climate*, uma iniciativa climática conjunta de liderança do Pacto Global da ONU e do Programa Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUMA), centenas de líderes empresariais se comprometeram com o avanço de soluções práticas de baixo carbono, aumentando a resistência ao clima e trabalhando para tornar a economia verde uma realidade.

O Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio+20 demonstrou quantas empresas também já estão abraçando a iniciativa do Secretário-Geral das Nações Unidas, de *Energia Sustentável para Todos* (Sustainable Energy for All, SE4All), de acelerar as parcerias com governos e a sociedade civil e alinhar suas estratégias empresariais com três objetivos: dobrar a taxa de melhorias à eficiência energética, dobrar a participação de energias renováveis na matriz energética global e atingir o acesso universal à serviços modernos de energia, até 2030. O Fórum também demonstrou o quanto é importante que os governos estabeleçam metas nacionais, como a política

da China de garantir que 60 por cento de toda a capacidade adicional de produção de energia seja baseada em energias renováveis, ou a meta nacional de carbono neutro, definida pela Costa Rica.

Através de suas políticas e atividades empresariais, as empresas líderes devem servir como exemplo para outras empresas, motivando ativamente outros atores de sua indústria ou ao longo da cadeia de valor a fazer o mesmo, em relação às seguintes áreas:

- Promover forte adesão dos líderes às estratégias climáticas e de energia da empresa;
- Estabelecer metas específicas, alinhadas aos objetivos da SE4All e do acordo internacional acerca da necessidade de manter-se o aumento médio da temperatura global abaixo de dois graus Celsius;
- Alcançar essas metas, tanto através de esforços para reduzir as emissões dos edifícios, transportes e operações, quanto do desenvolvimento de modelos inovadores de negócios, produtos e serviços;
- Medir dados de consumo de energia e emissões, e monitorar tais dados para melhor informar a tomada de decisões estratégicas sobre energia e clima;
- Identificar claramente os papéis de liderança em energia e clima dentro da organização, bem como estabelecer incentivos para a empresa como um todo;
- Colaborar com as empresas, sociedade civil, comunidades e governos, estimulando a participação de grupos marginalizados, como mulheres, crianças e povos indígenas, na elaboração e promoção de programas e atividades que promovam a agenda da sustentabilidade, no que diz respeito às alterações climáticas e de energia - e dimensioná-los para toda parte;
- Buscar trabalhar ativamente para promover o desenvolvimento social no desenvolvimento e implementação de políticas e inovações energéticas e climáticas - percebendo que tais ações podem gerar rupturas sociais não-intencionais - e trabalhar por um impacto positivo, sempre que estes riscos existirem;
- Envolver os governos, através de lobby responsável, e apoiar medidas de políticas públicas que exigem e incentivam toda a comunidade empresarial global a contribuir em prol do clima e da sustentabilidade energética; e
- Comunicar o progresso referente à energia e ao clima, conforme as exigências do Pacto Global da ONU, bem como aumentar o nível de transparência e divulgação para além destes requisitos.

Inovação

O desenvolvimento de novas e inovadoras soluções para o desafio climático e de energia requer investimentos de tempo e de capital. Enquanto a maioria dos atuais investimentos se foca na instalação de medidas de eficiência energética que forneçam retorno sobre o investimento no prazo de até cinco anos, essas atividades ainda assim envolvem um custo de capital inicial. No caso dos investimentos em novas infraestruturas de energia, como grandes projetos de energias renováveis, redes inteligentes ou extensões de rede, o retorno sobre o investimento demora muito mais e o capital inicial tende a ser maior.

Da mesma forma, as pesquisas e o desenvolvimento necessários para avançar a tecnologia energética do futuro costuma envolver muitos investimentos de longo prazo.

O setor privado tem demonstrado ter a maior capacidade de combinar a capacidade de inovação com acesso a financiamento. Portanto, as empresas devem assumir a liderança na realização da revolução energética de que o mundo precisa tão desesperadamente. Como este fórum vem demonstrando, houve avanços inovadores importantes nos últimos anos, que podem servir de exemplo a ser seguido por outras empresas.

Inovações Tecnológicas

Muitas vezes, uma única inovação tecnológica (tipicamente descrita como "radical" ou "disruptiva") pode vir a melhorar significativamente a eficiência energética de certos processos, reduzir o custo de determinada tecnologia renovável, melhorar o acesso a fontes de energia, ou ajudar a aumentar a resistência às mudanças climáticas. Estas tecnologias podem focar e reduzir os impactos inerentes a um determinado setor, enquanto outras inovações podem possibilitar a outros setores da sociedade enfrentar os desafios da energia e do clima. Exemplos discutidos no Fórum incluem:

- *Desenvolver melhores tecnologias de energia renovável:* Por exemplo, painéis solares fotovoltaicos orgânicos, que podem ser usados em locais diversos, inclusive nas paredes externas dos edifícios e de automóveis; turbinas eólicas mais eficientes, utilizando fibras aerodinâmicas de última geração, com peso reduzido; e melhor armazenamento de energia, ajudando na implantação, em larga escala, de energia eólica e solar.
- *Desenvolver e melhorar outras fontes alternativas de energia:* Por exemplo, os avanços nos campos da química e da biotecnologia levaram à criação de biocombustíveis de última geração, com menor impacto sobre o abastecimento de alimentos.
- *Desenvolver tecnologias que permitam:* por exemplo, o desenvolvimento de aplicativos para telefones celulares e outras tecnologias que ajudam a aumentar a resistência dos agricultores às mudanças do clima e permitir que as ONGs reúnam e analisem dados de forma eficiente, para subsidiar uma maior resiliência da comunidade; e a criação de aplicativos que ajudem a melhorar a precisão e a pontualidade das informações e tomada de decisões referentes ao clima.

Estes avanços não substituem as inovações incrementais que também são necessárias no enfrentamento de desafios energéticos e climáticos. Em algumas indústrias, os sistemas de motores elétricos representam de 60 a 70 por cento do consumo industrial de eletricidade; por isso, mesmo pequenas melhorias em tais tecnologias podem resultar em uma enorme economia de energia e na redução de emissões. Da mesma forma, melhorias modestas - porém consistentes - de eficiência energética ao longo do tempo, em bombas ou motores de combustão, contribuem significativamente para as metas de energia e clima.

Inovações operacionais

Há várias oportunidades para as empresas mudarem seus comportamentos operacionais. Isso inclui otimizar as operações e reduzir custos; reduzir, reutilizar e reciclar as emissões e outros produtos residuais provenientes de

processos industriais e agrícolas, de forma benéfica, e promovendo ajustes fundamentais aos modelos de negócios. Exemplos práticos e atuais destas inovações incluem:

- *Inovações de otimização e redução de custos*, incluindo a redução do peso do equipamento de bordo em aviões, resultando em menor consumo de combustível; e o uso de medidores e outros produtos industriais para assistir na distribuição de eletricidade de baixo custo em áreas pobres.
- *Inovações para "Reduzir, reutilizar e reciclar"*, incluindo a redução de queimadas nas indústrias de petróleo e gás, através da conversão em gás de cozinha para uso em comunidades pobres locais; processamento de resíduos de gás metano para uso como fonte de combustível; reutilização de fertilizantes na produção agrícola; e reutilização de resíduos de madeira granulada advindos da fabricação de papel, para fins de calefação doméstica ou geração industrial de energia.
- *Inovações no modelo empresarial*, em que as empresas ajustam, fundamentalmente, a forma como fazem negócios. Exemplos incluem o transporte de "baixo vapor", em que os navios viajam a velocidades mais baixas, proporcionando uma opção diferenciada para clientes para quem o tempo de transporte não é preponderante, reduzindo custos e emissões; abordagens "sob demanda", como programas pré-pagos para concessionárias, onde paga-se proporcionalmente ao uso, e que fornecem energia para clientes de baixa renda, de forma rentável; e novos tipos de micro-seguro para agricultores em situação de vulnerabilidade climática, para ajudar a protegê-los de prejuízos catastróficas resultantes de secas extremas e outros impactos relacionados às mudanças climáticas.

Soluções Transformadoras de Baixo Carbono

As empresas também precisam criar demanda por soluções. Isto requer uma mudança na sociedade, para que as empresas sejam vistas como provedoras de soluções. As empresas devem buscar soluções transformadoras - definidas como soluções que proporcionam um serviço de uma nova forma, energeticamente mais eficiente, tanto diretamente como através de reinvestimentos que levem a uma adoção ainda maior de soluções de baixo carbono. Inovações disruptivas, neste espaço, também buscam gerar demanda em áreas potenciais do mercado que ainda não tenham sido reconhecidas. Exemplos de soluções transformadoras de baixo carbono incluem:

- A implementação, por varejistas, de medidas destinadas a ajudar os fornecedores a tornarem-se produtores líquidos de energia renovável, o que inclui o aspecto de lançamento de tendências em direção à geração de energia renovável por outros clientes do fornecedor.
- A mudança no sentido da desmaterialização, incluindo desenvolvimentos tecnológicos que permitem que músicas e livros sejam comprados e acessados digitalmente.
- O desenvolvimento, por fabricantes de bebidas, de unidades solares de refrigeração, que permitem que indivíduos de comunidades pobres conectem dispositivos na unidade e alimentem seus dispositivos pessoais.

Colaboração

Embora as ações individuais possam ser impactantes, elas não são suficientes para atingir os objetivos de *Energia Sustentável para Todos* e encarar os desafios de mudança climática enfrentados pelo planeta. Para atingir grande escala, as empresas devem colaborar e formar parcerias, valendo-se de oportunidades através de maiores investimentos em soluções tecnológicas e alavancando e desenvolvendo estratégias inovadoras. Um impacto maior pode ser obtido através da colaboração entre empresas, governos, sociedade civil e a ONU, e do incentivo à participação de potenciais beneficiários, bem como grupos de interessados que também possam vir a ser afetados adversamente.

- *Estabelecer parcerias estratégicas dentro das indústrias, entre indústrias e em toda a cadeia de abastecimento, para enfrentar os desafios climáticos e energéticos.* Por exemplo:
 - As empresas farmacêuticas fizeram uma parceria para realizar pesquisas voltadas a ampliar a compreensão dos impactos climáticos sobre a saúde e o papel da indústria de seguros;
 - As empresas de petróleo e gás estabeleceram parcerias estratégicas com *startups* inovadoras, para oferecer biocombustíveis avançados, e
 - Empresas de produção também forjaram parcerias com as empresas de TIC que desenvolvem e implementam os sistemas de gestão de energia e com fabricantes de equipamentos industriais que fabricam e instalam sistemas eficientes de produção energética.

- *Estabelecer parcerias com a sociedade civil e organizações não-governamentais (ONGs), para compreender o contexto das questões energética e climática, em níveis local e global.* Por exemplo, as empresas de seguros têm se juntado aos bancos de desenvolvimento e cooperativas agrícolas locais para fornecer políticas de micro-seguro aos agricultores em vulnerabilidade climática, e protegê-los de prejuízos catastróficos decorrentes das secas. Estas mesmas empresas também estão trabalhando com ONGs internacionais para obter uma compreensão mais aprofundada do impacto das mudanças nos padrões de precipitação sobre as populações vulneráveis e reduzir o risco de desastres nos países em desenvolvimento.

- *Estabelecer parcerias público-privadas (PPP) para dar uma contribuição crítica, melhorar o diálogo e compartilhar conhecimento entre os setores público e privado e, conjuntamente, enfrentar as mudanças climáticas e atender às necessidades energéticas.* Por exemplo:
 - No Fórum, mais de 70 empresas, governos e organizações internacionais endossaram a *Green Industry Platform* (Plataforma da Indústria Verde), uma iniciativa para integrar considerações ambientais e sociais em operações empresariais, através do uso eficiente de energia e de matérias-primas, implementação de práticas inovadoras e aplicação de novas tecnologias verdes.
 - Os diretores executivos de 37 bancos, fundos de investimento e empresas de seguros apresentaram uma *Declaração de Capital Natural* ao Fórum, voltada para a integração de considerações de capital natural em seus produtos e serviços.
 - Outros exemplos incluem: fabricantes de aparelhos que estão trabalhando com governos nacionais para desenvolver normas e diretrizes de eficiência energética para toda a indústria; os esforços da indústria automobilística para criar veículos de próxima geração, em parte através da colaboração com agências governamentais e acadêmicas, para desenvolver tecnologias avançadas, desde o projeto piloto até a escala; um projeto no qual o Governo chinês está trabalhando com concessionárias na contratação de

agricultores em áreas rurais, para atuar como conferidores dos leitores de consumo energético em tempo parcial - um exemplo de PPP que não só permite acesso a mais energia, mas também tem um componente social, através de mais oportunidades de trabalho em locais onde, antes, elas não existiam.

Recomendações de políticas públicas para os governos

Embora o setor privado deva estar envolvido no desenvolvimento e adoção das soluções necessárias para enfrentar as mudanças climáticas e os desafios energéticos, há também uma necessidade de quadros legislativos e fiscais eficazes e de longo-prazo, para atingir um preço estável do carbono e apoiar e motivar as ações do setor privado.

Sem as condições adequadas, poderá ser difícil obter progresso no setor privado. As seguintes recomendações de políticas públicas representam o amplo espectro das ideias discutidas por líderes empresariais e outros oradores durante o Fórum, destinadas a criar as condições necessárias para dimensionar as soluções e atingir os objetivos propostos:

- *Avançar as políticas e mecanismos destinados a atingir um preço estável do carbono, através de medidas internacionais, incluindo regimes comerciais e reduções tarifárias sobre a eficiência energética e tecnologias de energia renovável.*
- *Fazer da conferência Rio +20 o início do fim de todos os subsídios aos combustíveis fósseis e reorientar os subsídios para energias limpas e renováveis, incluindo atividades como programas de crédito garantido, para assegurar o acesso a capital suficiente para as empresas de energias renováveis, instauração de medidas para estabilizar o preço de longo-prazo da energia advinda de projetos de energia renovável e políticas para incentivar a adoção de soluções transformadores de baixo carbono.*
- *Desenvolver, implementar, melhorar e harmonizar as normas técnicas em áreas verdes críticas, como o transporte, habitação e consumo de energia, incluindo padrões e normas para o portfólio de energias renováveis, padrões para combustíveis renováveis e como atender a normas de eficiência energética para edifícios, equipamentos, veículos e outros consumidores de energia, de acordo com normas internacionais – para proporcionar estabilidade e segurança para a futura geração de biomassa energética e uso de combustível para fins de transporte, bem como incentivar a fabricação de produtos mais eficientes.*
- *Integrar a eficiência energética, energia renovável e critérios de energia limpa de forma mais abrangente nos contratos públicos.*
- *Estabelecer planos nacionais energéticos de longo prazo, para criar estabilidade e previsibilidade e reduzir o risco para as empresas que realizam investimentos de longo prazo.*
- *Estabelecer leis municipais para, por exemplo, incentivar o uso de energias renováveis e a adoção de tecnologias energéticas eficientes*

- *Implementar outras medidas de precificação energética, incluindo o "preços de pico crítico", no caso da eletricidade ou "descontos no horário de pico" para energias renováveis, bem como a precificação, com custos marginais, para áreas de baixo fornecimento de energia.*
- *Certificar que as ações do Governo acerca do clima e da energia são sensíveis à dimensão social do desenvolvimento sustentável, abordando potenciais impactos adversos sobre grupos já marginalizados e incentivando a participação de todas as partes interessadas.*
- *Assegurar que quaisquer futuras metas de desenvolvimento sustentável incluam objetivos de acesso à energia, eficiência e fontes renováveis de energia.*

III. Água e Ecossistemas

A escassez de água, poluição, mudanças climáticas e outras tendências globais problemáticas representam os maiores desafios para as empresas - não somente agora, mas também nos próximos anos. Fica cada vez mais claro que a era de fácil acesso à água, pelas empresas, está chegando ao fim. A ameaça que isto cria para as empresas é maior do que a perda de qualquer outro recurso natural. A Sustentabilidade Hídrica Empresarial - também conhecida como gestão corporativa da água - surgiu como uma estratégia para fazer frente ao risco hídrico. Ela é vista por muitos como uma boa prática empresarial e é fundamental para o bem-estar das comunidades, ecossistemas e leitos e bacias hidrográficas.

Na sua essência, a Sustentabilidade Hídrica Empresarial é uma abordagem de gestão holística, que abrange o desenvolvimento, implementação e divulgação de um amplo leque de políticas e práticas relacionadas à água. Neste sentido, a verdadeira Sustentabilidade Hídrica Empresarial exige que a empresa olhe além de seu "quintal" e considere sua pegada hídrica, ao longo de sua cadeia de valor e em bacias hidrográficas específicas. Além disso, práticas emergentes enfatizam a importância do engajamento responsável na formulação de políticas públicas, bem como na ação coletiva e na colaboração transversal entre todos os setores e parcerias com governos, agências da ONU, organizações da sociedade civil, e outros interessados. Por último, os principais praticantes de Sustentabilidade Hídrica Empresarial enfatizam a necessidade de integrar as políticas sobre a água em outras questões-chave de sustentabilidade e desenvolvimento, como energia e mudança climática, alimentos e agricultura e direitos humanos em geral.

A Norma Executiva Hídrica (CEO Water Mandate) do Pacto Global da ONU fornece uma plataforma global para a promoção da sustentabilidade e gestão corporativa da água - atualmente, ela é endossada por cerca de 100 empresas, de várias indústrias e regiões.

A sustentabilidade da água é, claro, intrinsecamente ligada aos ecossistemas e à biodiversidade. Cada vez mais, as empresas estão começando a examinar toda a ampla gama de seus impactos - diretos e indiretos - sobre diferentes ecossistemas e outros componentes da biodiversidade. Serviços de Ecossistemas e de Biodiversidade (BES, Biodiversity and Ecosystems Services), assim como estratégias e recursos, estão sendo adotados para ajudar as empresas no desenvolvimento, implementação e divulgação de políticas e práticas relacionadas. Um desses recursos é o novo "Quadro de Ação Corporativa sobre os BES" do Pacto Global das Nações Unidas.

Inovação

Empresas que promovem os princípios da Sustentabilidade Hídrica Empresarial, bem como Gestão de Ecossistemas, estão na vanguarda da inovação, em vários níveis. Exemplos incluem:

- *Desenvolvimento de Tecnologias Novas ou Melhoradas de Eficiência da Água e de Gestão de Resíduos Hídricos.* Nos últimos anos, uma série de tecnologias novas ou melhoradas têm sido desenvolvidas para aumentar a eficiência do uso da água e a gestão de resíduos hídricos, incluindo: sistemas avançados de reciclagem nas fábricas; instalações locais de tratamento de água; e, na agricultura, uma nova geração de sistemas de irrigação por gotejamento e a introdução de culturas hidro-eficientes.

- *Desenvolvimento de Produtos Sensíveis à Água e Fornecimento de Serviços Sensíveis à Água.* Metodologias cada vez mais sofisticadas de mensuração da pegada hídrica vêm permitindo que as empresas compreendam melhor a extensão de seu uso direto e indireto de água, criando oportunidades para produtos sensíveis à água, incluindo: roupas que, conforme anunciadas, usam menos água em sua produção; detergentes e produtos de limpeza com baixo uso de água; e culturas específicas e outras commodities produzidas com menos água.
- *Realização de pesquisas e análise de dados referentes à água.* Utilizando modelos hidrológicos sofisticados, algumas empresas desenvolveram - ou estão desenvolvendo - grandes bancos de dados que captam as tendências hídricas e que servem para um melhor entendimento sobre os locais onde o estresse e a escassez de água podem ser mais agudos. Estes mapas detalhados, globais e locais, estão ajudando as empresas a entender melhor como elas podem gerir os riscos hidrológicos em leitos e bacias hidrográficas específicas, e como elas podem contribuir para as soluções.
- *Reconhecimento de que a Água é uma Importante Questão de Gênero.* Cada vez mais, muitas empresas estão passando a incluir a dimensão de gênero em suas iniciativas referentes à água, para ajudar a fechar a lacuna de gênero, empoderar meninas e mulheres, e mobilizar a participação de meninas e mulheres, para fortalecer o impacto das iniciativas hídricas.
- *Valorização dos Ecossistemas e do Capital Natural.* Uma tendência emergente se concentra em como as empresas podem corretamente atribuir um valor econômico aos serviços dos ecossistemas e ao "capital natural" que impactam - ou do qual dependem. Estas avaliações de valor podem ajudar as empresas na internalização dos custos e externalidades referentes aos ecossistemas e sociedades.

Colaboração

A Sustentabilidade Hídrica Empresarial e a Gestão de Ecossistemas dão grande importância à colaboração, a parcerias e à ação coletiva, a fim de enfrentar desafios globais e locais. Embora essa cooperação inclua alianças entre empresas, a nova era será, cada vez mais, definida por parcerias transversais com múltiplas partes interessadas, da indústria, do setor público e da sociedade civil. Exemplos colaborativos de vanguarda incluem:

- *Implementação de Soluções de Água e Ecossistemas em Toda a Cadeia de Valor.* Cada vez mais, as empresas reconhecem que suas pegadas ecológicas e hidrológicas podem ser bastante expressivas, quando se considera toda a cadeia de valor do negócio, incluindo os fornecedores. Um número crescente de empresas, portanto, está começando a trabalhar com os fornecedores - sejam fornecedores de componentes ou fornecedores agrícolas - para melhorar sua eficiência no uso de recursos. Neste sentido, as empresas estão compartilhando tecnologias e desenvolvendo kits de ferramentas para permitir que seus fornecedores façam uso mais eficiente dos recursos.
- *Realização de Projetos com Múltiplas Partes Interessadas, no Nível das Bacias Hidrográficas.* É amplamente aceito que a água é, claramente, uma questão local - com ramificações em leitos e bacias hidrográficas específicas. Portanto, as empresas estão cada vez mais participando de projetos com forte foco em algum desafio local - como uma bacia hidrográfica e ecossistema em deterioração, ou uma comunidade onde a escassez de água seja particularmente aguda. Tal abordagem significa que a

colaboração, na maioria das vezes, exige que as empresas trabalhem em estreita colaboração com parceiros locais e com as partes interessadas - desde o conceito da solução até a sua implementação. A criação, pelo Pacto Global, de um Centro de Ação para a Água on-line visa justamente esta finalidade.

- *Instituição de Iniciativas e Programas Internacionais para a Água.* Inúmeras iniciativas e plataformas hídras foram lançadas local e internacionalmente, para ajudar as empresas a se tornarem melhores gestoras da água. Algumas dessas iniciativas são bastante gerais, como a Norma Executiva Hídrica (CEO Water Mandate) do Pacto Global da ONU, enquanto outras focam um setor específico da indústria (por exemplo, Aquafed, a Better Cotton Initiative - Iniciativa por um Algodão Melhor - e a Beverage Industry Environmental Roundtable - a Mesa Redonda Ambiental da Indústria de Bebidas).

Recomendações de Políticas Públicas para os Governos

Dada a dimensão dos desafios, a comunidade internacional não irá conseguir grande progresso sem que haja uma ação muito maior por parte dos governos, nos próximos anos e décadas. Neste sentido, uma série de recomendações foram feitas pelas empresas para os governos, com o objetivo de avançar o tema da Sustentabilidade Empresarial Hídrica e a Gestão de Ecossistemas. Muitas delas vieram do Comunicado especial "Façam da Sustentabilidade da Água uma Prioridade", lançado por 45 diretores executivos no Fórum:

- *Desenvolver e implementar um planejamento hídrico mais abrangente e de longo prazo, com especial atenção ao seguinte:*
 - Desenvolver políticas e incentivos para melhorar a produtividade e eficiência da água, em todos os setores, especialmente na agricultura.
 - Aumentar o investimento em infraestrutura e políticas para acelerar o progresso na melhoria do acesso e na garantia de um fornecimento eficiente e confiável de água e serviços de saneamento, inclusive para mulheres e crianças.
 - Integrar as políticas hídras a outras importantes questões de desenvolvimento sustentável, notadamente energia, agricultura e alimentos e mudanças climáticas.
- *Trabalhar em nível internacional, na coordenação de estratégias e ações, especialmente em relação ao trabalho com o setor privado, com especial atenção para:*
 - O compartilhamento de políticas, inovações e ferramentas entre os governos e outras partes interessadas, a fim de intensificar as boas práticas e melhorar a eficácia geral, ao longo do tempo.
 - O trabalho com entidades relevantes da ONU e outros organismos multilaterais, em iniciativas, projetos e soluções relacionados à água.
- *Colaborar mais ativamente com a comunidade empresarial, instituições privadas de financiamento e sociedade civil, com especial atenção ao seguinte:*

- Envolver-se em iniciativas empresariais referentes à água, como a Norma Executiva Hídrica (CEO Water Mandate) do Pacto Global da ONU.
- Iniciar e apoiar mais parcerias estratégicas e sistêmicas entre múltiplas partes, principalmente em nível local, nos leitos e bacias hidrográficas.
- Criar melhores incentivos e partilha de recursos para estimular mais investimento privado - sobretudo a partir do comunidades de financiamento sustentável e de investimento responsável - em projetos, ativos e fundos relacionados à água, bem como outros veículos.
- *Desenvolver e implementar plenamente planos nacionais de ação em biodiversidade, com especial atenção ao seguinte:*
 - Trabalhar ativamente com a comunidade empresarial e outras partes interessadas para alcançar objetivos, tais como os estabelecidos pela Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica.
 - Certificar-se de que os temas referentes a ecossistemas e biodiversidade estão integrados em outras questões de sustentabilidade, tanto sociais quanto ambientais - incluindo a gestão das terras, produção agrícola e alimentar, mudanças climáticas, sustentabilidade da água e desenvolvimento social.

IV. Agricultura & Alimentação

A agricultura é uma atividade que abrange cerca de 40 por cento da superfície da Terra e possibilita a alimentação e nutrição de um planeta com 7 bilhões de pessoas. Com o aumento da população mundial, e à medida que a demanda por recursos limitados, como terra e água, se intensifica, o desafio agora é criar um futuro com "fome zero" - onde cada homem, mulher e criança goza de seu direito a alimentação adequada, onde os sistemas alimentares são sustentáveis e resilientes, capazes de gerenciar riscos e resistir a choques, onde uma boa alimentação, especialmente entre o início da gravidez e o segundo aniversário da criança, é universal.

As empresas dos setores alimentício e agrícola têm um papel importante a desempenhar na sustentabilidade, com respeito à alimentação, nutrição e agricultura. Elas estão posicionadas para dar uma boa contribuição ao aumento da produção e da qualidade dos alimentos, bem como acesso para todos, respeitando e apoiando os direitos humanos, protegendo e potencializando o ambiente e garantindo condições trabalhistas e salariais decentes, para reduzir a pobreza rural. Estes novos desafios globais exigem que o setor privado estabeleça e implemente práticas agrícolas sustentáveis em nível mundial, tratando de cada ator ao longo da cadeia de fornecimento de forma equitativa e protegendo e melhorando o meio-ambiente, satisfazendo as necessidades de gerações futuras, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e acesso a alimentos e ajudando na redução da pobreza, dentre as famílias mais pobres do mundo.

No setor agrícola e de alimentos, as empresas líderes estão abordando os impactos negativos e expandindo novos esforços, comprometendo-se com metas de sustentabilidade ambiciosas e dando exemplos de melhores práticas que outras empresas podem seguir. Estas empresas foram além de meramente publicar Relatórios de Responsabilidade Empresarial Social e realmente incorporaram práticas sustentáveis no cerne de seus negócios. Isto inclui motivar a rede de fornecedores para melhorar suas práticas, bem como um trabalhando meticuloso com pequenos agricultores - e com as comunidades em que vivem - oferecendo treinamento, financiamento e um comprador justo e consistente para a colheita do agricultor. Outras empresas, que ainda não são líderes em sustentabilidade corporativa, podem usar esses exemplos como modelos e inspiração para fazer avançar seus próprios compromissos e criar inércia em direção a um futuro com fome zero, em que cada empresa agrícola e alimentícia faz negócios de forma sustentável.

Os principais praticantes da agricultura sustentável enfatizam que só será possível um progresso expressivo se o setor privado trabalhar em colaboração com os governos e a sociedade civil. A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, o Programa Mundial de Alimentação, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, o Banco Mundial, a Corporação Financeira Internacional e os Princípios de Investimento Responsável, apoiados pela ONU, fornecem veículos e conhecimentos para aumentar a segurança alimentar e expandir a agricultura sustentável.

No Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20, o Pacto Global da ONU e um grupo de 16 empresas líderes e partes interessadas no setor de alimentos e agricultura se empenharam em defender o desenvolvimento de princípios empresariais globais e voluntários sobre boas práticas e políticas para a agricultura sustentável. Esta iniciativa tem por objetivo desenvolver um entendimento comum e um acordo sobre quais recursos e impactos são necessários, a partir da comunidade global, para transformar mercados e sistemas de suprimento agrícola.

Inovação

Os líderes em agricultura sustentável estão progredindo em uma ampla variedade de abordagens e atividades inovadoras, incluindo:

- *Origem Sustentável e Inclusiva:* Grandes e pequenas empresas estão se comprometendo com produtos de origem sustentável, especialmente de pequenos agricultores, para reduzir a pobreza rural através do empoderamento de agricultores (particularmente das mulheres, que constituem a maioria dos pobres do mundo) e ligando-os aos mercados.
- *Gestão da Terra e da Água:* Tanto os governos quanto o setor privado estão investindo em novos sistemas inovadores de gestão de água, que reduzem o uso e melhoram a produtividade agrícola. Práticas agrícolas inteligentes em relação ao clima - incluindo a rotação de culturas, redução do uso de fertilizantes químicos e proibição da expansão em áreas protegidas - estão curando o solo e aumentando a produtividade.
- *Nutrição:* Embora a produção de alimentos seja importante, o acesso aos alimentos e seu valor nutricional são os aspectos mais críticos para gerações futuras, independentemente de viverem em aldeias pobres ou subúrbios ricos. O mundo tem tanto sobrenutrição (sobrepeso / obesidade) quanto subnutrição - e a epidemia está crescendo. Especial atenção deve ser dada à nutrição das crianças, já que a desnutrição de crianças pequenas pode vir a acarretar impactos permanentes sobre a saúde, desenvolvimento tardio e um crescimento comprometido. A nutrição e a fome são importantes questões de gênero, já que as mulheres em todo o mundo muitas vezes comem menos e por último. Soluções inovadoras estão sendo desenvolvidas para aumentar o valor nutricional das culturas enquanto ainda no solo e promover a fortificação nutricional dos alimentos, durante o processamento. A comercialização de alimentos está sendo abordada de maneiras inovadoras, destacando escolhas nutritivas, visto que o marketing é um aspecto influente na escolha do consumidor.
- *Tecnologia:* A tecnologia está mudando a forma como os agricultores obtêm informações sobre o mercado e o clima, melhorando os métodos de armazenamento, reduzindo os riscos ligados às culturas de pequenos agricultores pobres e de grandes plantações comerciais, minimizando a perda de alimentos no armazenamento e o desperdício de alimentos pelos varejistas e consumidores e melhorando a resistência das sementes à seca. Igualdade de acesso à tecnologia pelas mulheres e pelos homens é fundamental para garantir que estas iniciativas contribuam para fechar as lacunas de gênero, ao invés de ampliá-las.
- *Investimento Responsável na Agricultura:* os governos e os grandes investidores institucionais estão reconhecendo tanto a importância do investimento agrícola quanto a necessidade de assegurar que o investimento contribua para o estabelecimento de sistemas alimentares sustentáveis, ao mesmo tempo em que protegem o meio-ambiente e as comunidades, sem contribuir para especulação e oscilações bruscas dos preços das commodities.

Colaboração

As empresas, governo e sociedade civil atualmente reconhecem que, para que o cenário agrícola mude com sucesso, serão necessários colaboração e um objetivo conjunto. Um mundo com 1 bilhão de pessoas famintas, a maioria dos quais mulheres e crianças, e um ambiente de deterioração não são do interesse de longo-prazo de

ninguém. O impulso para enfrentar esses desafios, particularmente desde a crise global de alimentos de 2008, tem crescido rapidamente nos últimos cinco anos.

Os governos, através de políticas públicas inclusivas e investimentos bem direcionados, criam o ambiente propício para a melhoria da segurança alimentar e da agricultura sustentável, em níveis local e nacional. A sociedade civil contribui com a sua experiência prática focada nos pobres, bem como sua aplicação prática e pesquisas importantíssimas. E as empresas, reconhecendo a complexidade dos desafios ambientais e econômicos globais, estão trabalhando com esses atores para alavancar sua escala, seus recursos, investimentos e tecnologias, em prol da agricultura sustentável.

Muitas parcerias público-privadas e colaborações estão atualmente em vigor, englobando várias empresas, governos, organizações da sociedade civil e ONGs. Por exemplo:

- Grandes conglomerados agrícolas multinacionais estão trabalhando globalmente com ONGs, para incentivar os agricultores a adotar práticas sustentáveis inteligentes e sensíveis ao clima.
- Empresas de seguros estão trabalhando com ONGs, sociedade civil e governos para ajudar os agricultores em áreas propensas à seca em países menos desenvolvidos a reduzir seu risco referente à seca.
- Fabricantes de fertilizantes e governos de países desenvolvidos estão trabalhando com os governos dos países menos desenvolvidos para catalisar corredores de crescimento agrícola.

Recomendações de Políticas Públicas para os Governos

Os investimentos públicos em agricultura rural caíram vertiginosamente entre o começo dos anos 1980 e meados desta década. Esta queda deixou o setor privado, em muitos casos, na liderança dos investimentos em infraestrutura, serviços de extensões, comercialização, armazenamento e fornecimento de insumos. Considerando a urgência das medidas necessárias para criar-se um futuro com "fome zero" e dada a escala do desafio de estabelecer sistemas agrícolas sustentáveis, se faz necessária uma re-emergência dos governos como principais investidores, bem como formuladores de políticas inovadoras.

Durante o Fórum, os participantes discutiram as seguintes recomendações aos governos, com o objetivo de promover a segurança alimentar e a agricultura sustentável:

- *Investir na produtividade agrícola, especialmente no caso dos pequenos agricultores*
 - Maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento agrícola, bem como em instituições agrícolas, serviços de extensão e infraestrutura, como estradas, portos, sistemas de armazenamento e irrigação;
 - Concentrar os investimentos em desenvolvimento rural em setores como educação (particularmente para as meninas), saúde e água potável;
 - Impor, de forma consistente e previsível, padrões de direitos humanos, laborais, ambientais e de boa governança.

- *Melhorar a qualidade e o acesso a alimentos nutritivos*
 - Inserir a questão da nutrição em todos os setores: agricultura, cadeias de valor, redes de segurança, educação e saúde pública;
 - Concentrar-se no valor nutricional dos alimentos, do campo à mesa, incluindo a produção, processamento, comercialização, aquisição, preparo e consumo;
 - Garantir acesso, durante o ano todo, às variedades de alimentos necessários para uma boa nutrição e possibilitar o acesso universal a uma alimentação nutritiva, durante os "mil dias" entre o início da gravidez começa e o segundo aniversário da criança.

- *Proteger e potencializar o ambiente, melhorando a produtividade agrícola.*
 - Implementar políticas para incentivar a gestão integrada de alimentos, energia, água e terra, com a contabilidade completa desses insumos;
 - Implementar políticas para priorizar programas de diversificação da produção agrícola, como meio de gerenciar de solos, água e biodiversidade.

- *Apoiar a inovação tecnológica voltada para - e acessível por - agricultores pobres.*
 - Estabelecer marcos de políticas que atraiam o investimento em tecnologia e facilitem o desenvolvimento agrícola sustentável;
 - Auxiliar a intensificação de projetos-piloto eficazes, onde a tecnologia é usada para aumentar a segurança alimentar e aprimorar a agricultura sustentável.

- *Avançar na sustentabilidade dos sistemas alimentares*
 - Apoiar o desenvolvimento de normas e diretrizes para a sustentabilidade, transparência corporativa e comunicação em prol da agricultura sustentável; recompensar práticas sustentáveis; e encorajar todas as empresas a tornar a segurança alimentar e agricultura sustentável prioridades em seus negócios.

- *Aplicar as dimensões de gênero e de direitos da criança às iniciativas*
 - Desenvolver iniciativas, quer pelo governo, setor privado ou por esforços cooperativos, que se beneficiem da plena participação das mulheres e, quando apropriado, das crianças, para ajudar a fechar - e não ampliar - as lacunas.

V. Economia e Financiamento do Desenvolvimento Sustentável

Enquanto nossa economia global tem emergido como o sistema mais eficiente para a alocação de recursos econômicos e reúne nossas esperanças acerca de um desenvolvimento econômico estável e com paz duradoura, ela também leva a um índice de desigualdade social cada vez maior, bem como grandes externalidades ambientais, e tem contribuído para um nível de consumo de recursos naturais que vai além da capacidade que o planeta pode suportar.

Para manter o delicado equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, justiça social e gestão ambiental, a infraestrutura econômica e financeira da nossa economia global deve ser reorientada, com foco em objetivos de sustentabilidade. Modelos de negócios, produtos financeiros e infraestruturas de mercado devem ser adaptados para melhor integrar as externalidades ambientais e os aspectos sociais nas principais atividades econômicas e financeiras. Ao mesmo tempo, novos modelos de negócios e produtos financeiros devem ser desenvolvidos, para assegurar que o capital possa fluir em escala suficiente para investimentos mais sustentáveis. Custos sociais e ambientais também devem ser refletidos nos preços e medições da atividade econômica e informações sobre o desempenho de sustentabilidade devem estar disponíveis em todos os níveis das atividades econômicas, para permitir que consumidores, empresas, investidores e governos façam escolhas sustentáveis.

À medida que os governos negociam um caminho comum em direção a uma economia mais inclusiva e verde, é importante reconhecer o papel fundamental de investidores e instituições financeiras em promover o desenvolvimento sustentável e fomentar as iniciativas e inovações, lideradas pelo setor privado, que atendam dimensões econômica e financeira sistêmicas do desenvolvimento sustentável, incluindo o investimento responsável, financiamento sustentável, bolsas de valores sustentáveis, finanças inclusivas e governança corporativa. Há um consenso crescente de que o Investimento Responsável e Financiamento sustentável representam a contribuição dos investidores para o desenvolvimento sustentável global.

Também é importante considerar recomendações de políticas públicas importantes para alavancar ao máximo a potencial contribuição do setor privado. Políticas, incentivos e investimentos públicos são necessários para gerar o impulso em direção à mudança, quebrar hábitos atuais e enfrentar o descompasso entre medidas econômicas e financeiras a curto prazo e considerações de sustentabilidade a longo prazo.

Inovação e Colaboração

Investimento Responsável

O Investimento Responsável centra-se na incorporação da sustentabilidade às práticas de investimento. Os Princípios de Investimento Responsável (Principles for Responsible Investment, PRI), apoiados pela ONU e por mais de 1.000 instituições de investimento - com de mais de USD 3 trilhões em ativos geridos - baseiam-se na convicção de que questões Ambientais, Sociais e de Governança corporativa (ESG, Environmental, Social and corporate Governance) podem ser relevantes para os interesses financeiros dos investidores de longo prazo. O sucesso futuro das empresas e do ativos em que os signatários dos PRI investirem dependerá da capacidade de compreender e gerenciar os impulsadores de risco e retorno financeiro, que incluem as mudanças climáticas, escassez de recursos, mudanças globais demográficas e políticas, capital humano, e outras questões sociais em cadeias globais de abastecimento cada vez mais complexas.

Nos últimos anos, os investidores têm dado grandes passos no sentido de integrar fatores de ESG em suas operações - tanto antes de tomar decisões de investimento, quanto em seu papel de titulares de ações, opções e outros títulos e ativos. Através dos PRI, centenas de investidores já:

- Incentivaram empresas a divulgar mais informações sobre suas abordagens quanto à sustentabilidade e governança corporativa, e melhorar o seu desempenho nestas áreas;
- Incorporaram informações de ESG em suas decisões de investimento, em todas as classes de ativos, incluindo ações, renda fixa, mercado imobiliário, infraestrutura e investimentos de impacto (ou seja, investimentos de impacto e empreendedorismo social);
- Participam de diálogos com empresas, para promover um melhor desempenho da sustentabilidade - levando a mudanças demonstráveis nas políticas e práticas de muitas empresas;
- Começaram a investigar as consequências das questões de sustentabilidade - principalmente as mudanças climáticas - na gestão estratégica de longo prazo de suas carteiras de investimento;
- Incentivaram os atores da cadeia de investimento a tratar de questões de sustentabilidade - participantes de pensões, gestores de investimentos, analistas de oferta, consultores de investimento e pesquisadores independentes;
- Aumentaram sua própria transparência em questões de ESG, publicando relatórios de investimento responsável e sustentabilidade para os seus clientes, beneficiários e outras partes interessadas.

Financiamento sustentável

O setor financeiro tem um papel fundamental a desempenhar no desenvolvimento sustentável de toda a economia global, não apenas através do *financiamento da sustentabilidade*, por meio de investimento em projetos verdes e questões de ESG, por exemplo, mas acima de tudo, através do *financiamento sustentável*. O Financiamento sustentável envolve a integração de questões de sustentabilidade diretamente no centro do negócio das instituições financeiras - diferente do investimento em carteira, que é coberto pelo Investimento Responsável. Ao buscar ativamente alocar capital para empresas e agentes de mercado que operam de forma sustentável, o setor financeiro pode influenciar seus clientes e as empresas recipientes dos investimentos e buscar alinhar suas atividades aos objetivos de sustentabilidade de longo prazo. Assim, o setor financeiro pode contribuir fundamentalmente para a "ecologização" dos negócios e da indústria, criação de empregos e inclusão social, ao mesmo tempo em que ajuda toda a sociedade a enfrentar os desafios de sustentabilidade, tais como a desigualdade social, mudanças climáticas, escassez de recursos e perda de biodiversidade.

As instituições financeiras que fazem parte da Iniciativa Financeira do PNUMA, os Princípios do Equador e outros programas têm desenvolvido padrões e melhores práticas em várias das principais dimensões do Financiamento sustentável, incluindo:

- *Crédito Responsável*, que consiste na sistemática identificação, avaliação, gestão e monitoramento de riscos e oportunidades de sustentabilidade no ramo de empréstimos. Empréstimos sustentáveis visam reduzir o risco, estimular a inovação e melhorar o desempenho e resistência dos clientes, como forma do mutuário cumprir o seu papel em busca do desenvolvimento sustentável.

- *Investimento Responsável em Propriedade*, uma abordagem para investimentos em propriedade que reconhece as considerações ambientais e sociais, bem como objetivos financeiros mais convencionais. Ele vai além dos requisitos legais mínimos e busca melhorar o desempenho ambiental ou social da propriedade, através de estratégias como revitalização urbana ou conservação dos recursos naturais.
- *Seguro Sustentável*, uma abordagem estratégica que inclui o sistemático monitoramento, identificação, avaliação e gestão de riscos e oportunidades no ramo dos seguros, associados a questões ambientais, sociais e de governança. Destina-se a reduzir o risco, desenvolver soluções inovadoras, melhorar o desempenho empresarial e contribuir para a sustentabilidade. Os Princípios de Seguros Sustentáveis, lançados na Conferência Rio + 20, são um conjunto de princípios globais voluntários e aspiracionais - incluindo possíveis ações - para abordar as questões de ESG no ramo dos seguros, incluindo a gestão de riscos, subscrição, desenvolvimento de produtos e serviços, gestão de sinistros, vendas e marketing e gestão de investimentos.
- *Contabilidade de Capital Natural*. Em todos os setores, as empresas e os investidores reconhecem a necessidade urgente de mudar os parâmetros de tomada de decisão comercial, para fazer com que o valor dos recursos naturais possa ser mais bem integrado e os investimentos de longo prazo possam ser direcionados para o crescimento sustentável das empresas. A Declaração de Capital Natural, lançada na Conferência Rio + 20, foi assinada por 37 bancos e instituições financeiras, que se comprometeram com a eventual integração do capital natural em relatórios para o setor privado, na contabilidade e na tomada de decisões, e apela para que governos introduzam quadros de políticas adequadas para facilitar a avaliação do valor e a elaboração de relatórios sobre Capital Natural em grande escala.

Financiamento Inclusivo

O acesso ao capital é crucial para que pobres do mundo possam se livrar da pobreza. As pessoas pobres, mulheres, povos indígenas e outros grupos marginalizados enfrentam barreiras especiais no acesso ao financiamento, em muitos mercados. O microfinanciamento é uma abordagem importante para realizar progresso nessa área. No entanto, os serviços financeiros, de modo mais geral, precisam se tornar mais acessíveis, para ajudar no crescimento das micro e pequenas empresas. Vêm ocorrendo muitas inovações em comunidades carentes, em áreas como serviços bancários móveis (*mobile banking*). Iniciativas para promover e facilitar a poupança, inclusive para as mulheres e jovens, têm grande potencial de ajudar as pessoas a investir em seus próprios futuros e em meios de subsistência sustentáveis, mas precisam de apoio para intensificar seu impacto.

No Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20, foi lançado um quadro de investimento social empresarial, concebido para empresas, investidores institucionais e governos interessados em incubar e ampliar startups com fins lucrativos e pequenas empresas com missões sociais e ambientais. Um Quadro de Ação: *Social Enterprise & Impact Investing (Empresa Social & Investimento de Impacto)* orienta investidores, empresas e formuladores de políticas quanto ao envolvimento com empresas sociais para gerar retornos financeiros, sociais e ambientais - e define três etapas principais: priorização da justificativa para o envolvimento, definição de uma estratégia e escolha de abordagens específicas para executar.

Bolsas de Valores Sustentáveis

Coletivamente, as bolsas de valores de todo o mundo representam um centro global de recursos financeiros e agem como principais intermediárias entre os sistemas financeiro e econômico. Como tal, elas podem desempenhar um papel fundamental na facilitação da transição para mercados que internalizam desafios sociais e ambientais.

Impulsionadas pela busca de vantagem competitiva e investimentos diretos estrangeiros, as bolsas de valores de todo o mundo, especialmente em mercados em desenvolvimento, começaram a apoiar a integração das questões de ESG, através da criação produtos inovadores, financeiros e de investimento, e da promoção da transparência em relação ao desempenho de ESG das empresas cotadas. A iniciativa de Bolsas de Ações Sustentáveis é um fórum para explorar como as bolsas podem trabalhar em conjunto com investidores, reguladores e empresas para aumentar a transparência empresarial e o desempenho referente às questões de ESG e incentivar abordagens responsáveis de investimento de longo prazo. A Bolsa de Valores Sul-Africana está na frente, exigindo que as empresas cotadas divulguem informações financeiras e não-financeiras de forma integrada.

Além de promover a transparência dos mercados, as bolsas de valores também podem ser um vetor para que novos produtos e inovações financeiras impulsionem os investimentos mais sustentáveis, como pode ser visto na iniciativa de Bolsas de Valores Sustentáveis, incluindo:

- Índices de ESG e sustentabilidade
- Plataformas de negociação e outros mercados de financiamento
- Treinamento e orientações de ESG para as empresas
- Codificação ESG das empresas cotadas
- Avaliações de ESG das empresas

Durante o Fórum, cinco bolsas de valores com mais de 4.600 empresas cotadas anunciaram um compromisso de trabalhar com investidores, empresas e reguladores, para promover investimentos sustentáveis de longo prazo e a melhor disseminação de informações ambientais, sociais e de governança corporativa, por parte das empresas cotadas. Este núcleo irá trabalhar com as outras principais bolsas de valores envolvidas na iniciativa de Bolsas de Valores Sustentáveis e a Federação Mundial de Bolsas, para estender esse compromisso a todas as bolsas de valores ao redor do mundo e promover investimentos sustentáveis de longo prazo em seus mercados.

Governança Corporativa da Sustentabilidade

Propriedades e Investimento Responsáveis só são possíveis se os fatores de ESG estiverem integrados nos principais mecanismos pelos quais os investidores acompanham e avaliam o desempenho da empresa - ou seja, governança corporativa, relações com investidores e relatórios.

Supervisão pela Diretoria e Relações com Investidores em Nível Empresarial

Esforços exitosos de sustentabilidade requerem que as diretorias das empresas desempenhem um papel proativo na adoção e supervisão de ações de sustentabilidade corporativa. Dada a relevância de determinadas questões de

sustentabilidade para o sucesso a longo prazo da empresa, o dever fiduciário do Conselho Administrativo de proteger os interesses dos acionistas deve levar em conta considerações de sustentabilidade corporativa. Para os investidores preocupados com a viabilidade a longo prazo e rentabilidade da empresa, é uma indicação de que os riscos e as oportunidades são adequadamente tratados no mais alto nível; desta forma, transmitem a noção de uma boa governança. Os principais investidores e empresas dos PRI e do Pacto Global das Nações Unidas têm trabalhado juntos para promover a adoção, pelas diretorias, da supervisão da sustentabilidade, inclusive através de uma análise dos fatores de sustentabilidade na remuneração dos executivos.

No Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio + 20, investidores e empresas lançaram uma publicação sobre a *Integração de ESG na Remuneração de Executivos*, para promover práticas de gestão. O Fórum foi também uma oportunidade para confirmar a importância da diretoria supervisionar a sustentabilidade corporativa, conforme descrito na publicação LEAD do Pacto Global *A New Agenda for the Board of Directors: Adoption and Oversight of Corporate Sustainability*.

Os principais investidores e empresas também têm trabalhado na melhoria dos comunicados, pelos investidores, sobre sustentabilidade corporativa, como um complemento à comunicação convencional, para garantir que o desempenho de sustentabilidade é comunicado de forma eficaz e suficientemente recompensado pelos mercados financeiros. O *ESG Investor Briefing - a new framework for communicating ESG value drivers at the company-investor interface* - foi lançado no Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20, como parte de um projeto conjunto de empresas e investidores líderes, concebido como piloto para uma série de comunicados de alto nível, semelhantes aos relatórios de lucros trimestrais, mas focando a ESG.

Relatórios Integrados de Sustentabilidade

A divulgação integrada de informações corriqueiras sobre sustentabilidade corporativa é um pilar fundamental para a transição para um sistema financeiro e econômico mais sustentável. A verdadeira integração da sustentabilidade nas decisões de investimento só será possível se informações sobre o impacto de uma empresa sobre questões de ESG forem fornecidas com - e no contexto das - informações típicas sobre governança, estratégia, desempenho operacional e financeiro que subsidiam as análises e decisões dos investidores.

As empresas já deram contribuições expressivas à área da comunicação da sustentabilidade nos últimos anos, e mais esforços estão sendo empregados para desenvolver quadros complementares de Relatórios Integrados e Relatórios de Sustentabilidade.

- O Pacto Global das Nações Unidas exige que os participantes empresariais divulguem publicamente os seus progressos anuais, quanto à integração dos dez princípios da iniciativa - prática conhecida como *Comunicação de Progresso*. Atualmente, mais de 4.000 empresas relatam anualmente os seus progressos e, ao longo dos anos, o Pacto Global das Nações Unidas criou um repositório de cerca de 14.000 Comunicações de Progresso.
- A *Global Reporting Initiative (GRI, Iniciativa de Comunicação Global)*, conjunto de diretrizes voluntárias para relatórios de sustentabilidade, que já se tornou um padrão. A GRI está agora desenvolvendo o G4, uma

iteração mais recente de suas orientações para apoiar a comunicação do desempenho da sustentabilidade, no formato de relatórios integrados e independentes.

- *O Conselho Internacional de Relatórios Integrados (IIRC, International Integrated Reporting Council)* esta reunindo os estabelecadores de padrões de contabilidade financeira e iniciativas já existentes, tais como o Pacto Global da ONU e a GRI, para integrar os relatórios sobre sustentabilidade, finanças, governança e gestão, bem como demonstrar a ligação entre a estratégia, governança e desempenho financeiro de determinada empresa e seu contexto social, ambiental e econômico.

Apesar de muito progresso, relatórios de sustentabilidade ainda estão longe de ser corriqueiros e a falta de informações sobre o desempenho de sustentabilidade corporativa impacta todos os outros esforços para promover a sustentabilidade através de produção, investimento e consumo. Por exemplo, mais de 3.000 empresas participantes do Pacto Global das Nações Unidas foram expulsas por falta de comunicação sobre os progressos realizados desde que a política entrou em vigor, em 2005. O desafio é particularmente complexo para as empresas menores, para as quais o relatório de sustentabilidade é, muitas vezes, o primeiro relatório público emitido pela empresa, sobre sua estratégia interna e suas operações.

Recomendações de políticas públicas para os governos

À medida que os governos desenvolvem seu quadro institucional futuro para o desenvolvimento sustentável, é importante reconhecer a contribuição essencial dos investidores para o desenvolvimento sustentável, e adotar políticas e incentivos para incentivar e promover a adoção e aprofundamento do Investimento Responsável e Financiamento sustentável. Durante o Fórum, os participantes discutiram recomendações para governos, incluindo:

- *Motivar as bolsas de valores e seus reguladores a promover o investimento responsável e a sustentabilidade corporativa.*
- *Promover políticas e ações de ESG, por parte dos investidores.* Por exemplo: exigir que todos os fundos de pensão e de investimento, públicos e privados (incluindo os fundos soberanos) tenham uma política de ESG como parte da gestão de risco e, de modo mais geral, integrem fatores de ESG em suas operações.
- *Promover uma participação ativa e responsável, através de governança corporativa e outros códigos, a fim de melhorar o monitoramento, pelos investidores, da governança da empresa, das práticas de sustentabilidade, gestão de risco e estratégia de negócios.*
- *Promover a conscientização sobre a sustentabilidade e a capacitação de toda a cadeia de investimento, incluindo programas de formação e incorporação da sustentabilidade dentre as competências exigidas de administradores de pensões.*
- *Promover maior divulgação de informações sobre sustentabilidade corporativa integrada, por parte de empresas grandes e pequenas, tendo em conta as iniciativas voluntárias e a auto-regulação existentes, e reforçando e enriquecendo as estruturas econômicas e financeiras existentes, para atingir a transparência e a responsabilidade.*

- *Adotar estruturas inteligentes de regulação e incentivo, de modo que os custos e benefícios ambientais estejam mais plenamente refletidos nos preços, e para fornecer maiores incentivos a favor da criação de valor a longo prazo, ao invés da maximização do lucro a curto prazo.*
- *Incentivar as instituições de financiamento para o desenvolvimento, em níveis nacional, bilateral e multilateral, e buscar e sistematizar seu envolvimento por meio de intermediários financeiros privados, em questões de sustentabilidade.*
- *Desenvolver políticas e incentivos para ajudar a fomentar o investimento de impacto, ou seja, maiores investimentos em ativos e empresas que oferecem tanto ganhos econômicos quanto de desenvolvimento.*
- *Promover maior acessibilidade a serviços financeiros para pessoas pobres, mulheres e outros grupos marginalizados.*

VI. Desenvolvimento Social

A contribuição que o setor empresarial pode dar para o desenvolvimento social, através de esforços de sustentabilidade corporativa, vem recebendo maior reconhecimento. Embora as ações privadas não substituam uma governança efetiva e marcos propícios de políticas públicas, as empresas e outros atores privados têm um papel fundamental a desempenhar no respeito e defesa dos direitos humanos e normas de trabalho, rompendo ciclos de violência, prevenindo a corrupção e estimulando o desenvolvimento econômico. Através de suas principais operações, parcerias e soluções inovadoras, o setor privado pode ajudar a empoderar os pobres e desfavorecidos, criar mercados inclusivos e trazer oportunidades para a base da pirâmide, melhorando as capacidades e liberdades humanas.

Respeito pelos Direitos e Boa Governança

Os governos de todos os níveis têm o dever de proteger, respeitar e cumprir os direitos humanos. No entanto, todos os atores sociais, incluindo as empresas, devem cumprir as leis nacionais e internacionais de respeito aos direitos humanos e às normas trabalhistas.

A responsabilidade empresarial das empresas de respeitar os direitos humanos é um componente-chave do Princípio 1 do Pacto Global da ONU, esclarecido pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre os direitos comerciais e humanos, endossados pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU em junho de 2011. Essa responsabilidade exige que as empresas tenham políticas e processos adequados para evitar infringir os direitos humanos e para lidar com os impactos adversos que ocorrem, expressos através de um compromisso político acerca da responsabilidade, implementado através da diligência e de processos de direitos humanos, para permitir a remediação de impactos adversos sobre os direitos humanos.

O tratamento de impactos adversos reais ou potenciais sobre os direitos humanos necessita que sejam tomadas medidas proativas para prevenir, mitigar e, se necessário, remediar tais impactos. Muito embora as empresas sejam incentivadas a firmar outros compromissos ou realizar atividades destinadas a apoiar e promover os direitos humanos que vão além do respeito, isso não pode ser usado para compensar a incapacidade de respeitar os direitos humanos dentro de operações empresariais. A responsabilidade de respeitar os direitos humanos refere-se, no mínimo, aos direitos internacionalmente reconhecidos e expressos na Carta Internacional dos Direitos Humanos e nas principais normas trabalhistas internacionais lançadas pela Organização Internacional do Trabalho. Os elementos fundamentais da diligência sobre os direitos humanos devem incluir a avaliação dos impactos reais e potenciais dos direitos humanos, ações tomadas em relação os resultados, acompanhamento da efetividade das ações da empresa no enfrentamento dos riscos e impactos referentes aos direitos humanos e comunicação, às partes interessadas, de como os riscos e impactos estão sendo tratados. Ao longo desses processos, um envolvimento significativo das partes interessadas e potencialmente afetadas é primordial.

O respeito pelos direitos humanos, incluindo os direitos humanos dos trabalhadores, é uma expectativa básica para todas as empresas, e também parte integrante da sustentabilidade corporativa, visto que a incapacidade de lidar com o impacto das atividades empresariais sobre os direitos humanos pode, em alguns casos, gerar consequências legais, financeiras, operacionais negativas para as empresas, bem como denegrir suas reputações.

Além de seus funcionários, as operações do setor empresarial podem representar riscos aos direitos humanos de vários outros grupos, incluindo mulheres, crianças e povos indígenas. O grupo de partes interessadas potencialmente afetadas pode incluir as comunidades vizinhas às instalações da empresa, trabalhadores de outras empresas da cadeia de valor, usuários dos produtos ou serviços, outros envolvidos no desenvolvimento dos produtos (como, por exemplo, no testes de produtos) e assim por diante.

A violência, o conflito político, a insegurança e a fragilidade social são alguns dos maiores obstáculos ao desenvolvimento. Áreas afetadas por conflitos e de alto risco servem como lar para a maioria dos desnutridos e pobres, bem como aqueles com acesso limitado à educação e à água potável e aqueles com as maiores taxas de mortalidade infantil. Os conflitos e a instabilidade também apresentam uma série de desafios operacionais para o setor privado - interrompendo a produção e as cadeias de suprimento, aumentando os custos operacionais e atrasando as atividades. Quando operam em contextos tão complexos, as empresas devem, no mínimo, evitar a cumplicidade e garantir que não agravam a situação. Ao mesmo tempo, as empresas podem desempenhar um papel fundamental gerando confiança, criando empregos e estimulando o crescimento pacífico e sustentável em sociedades que necessitam desesperadamente de tal crescimento.

Também é fundamental que as empresas lutem contra a corrupção, incluindo a extorsão e o suborno. Na seara dos direitos humanos não-realizados, a corrupção é o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social, no mundo inteiro. Ela tem impactos negativos sobre o desenvolvimento sustentável, com impacto desproporcional sobre as comunidades pobres. A corrupção tem impactos consideráveis e caros sobre o setor privado, pois aumenta os custos de transação, prejudica a concorrência justa, distorce as prioridades de desenvolvimento e impede o investimento estrangeiro e doméstico a longo prazo.

Além de Não Fazer Mal - A Geração de Impacto Social Positivo

Reconhecendo que o desenvolvimento sustentável é um objetivo grande demais para qualquer setor isolado, seja o governo, organizações internacionais ou sociedade civil, o Pacto Global da ONU solicita às empresas - geradoras de empregos, inovação, criação de capital e investimento - que tomem medidas em sintonia com as metas da ONU, incluindo paz e segurança; com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; direitos humanos; direitos das crianças; igualdade de gênero; saúde; educação; assistência humanitária; emprego e condições dignas de trabalho; e combate à corrupção. As empresas podem buscar oportunidades de contribuir para o desenvolvimento sustentável através de suas principais práticas empresariais, investimentos sociais e filantropia e / ou envolvimento em políticas públicas e lobby responsável. Estas ações podem ser realizadas individualmente, ou em parceria com outros.

Principais Práticas Empresariais

- *Contribuir para o empoderamento econômico das mulheres e expandir as relações comerciais com empresas pertencentes a mulheres, incluindo pequenas empresas e mulheres empreendedoras. Através da implementação dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, Women's Empowerment Principles) - uma iniciativa de parceria entre a ONU Mulheres e o Pacto Global da ONU - as empresas podem promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.*

- *Abraçar os Direitos da Criança e os Princípios Empresariais (Princípios da Criança)* - uma iniciativa de parceria entre o UNICEF, o Pacto Global da ONU e a Save the Children, que visa ampliar a responsabilidade das empresas de respeitar e apoiar os direitos das crianças em todos os lugares.
- *Ampliar os principais produtos e serviços empresariais no apoio à paz;* por exemplo, empresas de montadoras de equipamentos pesados que adaptam seus produtos de terraplanagem para atividades de desminagem anti-pessoal.
- *Incorporar a sustentabilidade nas estratégias da empresa para a cadeia de suprimento:*
 - Desenvolver abordagens empresariais inclusivas para a gestão das cadeias de suprimento, integrando as comunidades carentes na cadeia de suprimento da empresa; e
 - Comparar as estratégias de sustentabilidade da cadeia de suprimento da empresa com as melhores práticas e orientações globais; comparar com colegas, usando ferramentas online como o Quick Self-Assessment and Learning Tool.
- *Adotar a contratação de recursos humanos e outras políticas trabalhistas que atravessem as dimensões étnica e racial.*
- *Desenvolver produtos e serviços para as crianças.* Por exemplo:
 - As empresas farmacêuticas estão abordando a questão da diabetes na infância, que afeta, em média, um terço das crianças nos EUA;
 - Os fabricantes de automóveis visam especificamente as crianças, em seus estudos para promover a segurança de crianças, adolescentes e jovens adultos;
 - Empresas de decoração e móveis estão desenvolvendo experiências comerciais familiares; e
 - Bancos oferecem oportunidades bancárias para o empoderamento das crianças e para criar clientes de longo prazo / para a vida toda.
- *Contribuir para o empoderamento econômico dos povos indígenas:*
 - Ampliar e fortalecer as relações com empresas e comunidades indígenas, incluindo - mas não limitado ao - compartilhamento ou repartição de benefícios, aquisição de matérias-primas e insumos e empregos para indígenas;
 - Reconhecer o valor de compensar os povos indígenas por sua propriedade intelectual, incluindo - mas não limitado ao - conhecimento ecológico tradicional; e
 - Desenvolver produtos e serviços que beneficiem os povos indígenas.
- *Incorporar os princípios do consentimento livre, prévio e informado* ao trabalhar com comunidades locais, incluindo comunidades indígenas e tribais que residem em áreas afetadas pelas operações e

atividades de uma empresa. As empresas também podem considerar isso como parte de sua responsabilidade fundamental: respeitar os direitos humanos em situações em que suas operações podem vir a ter impactos negativos sobre os povos indígenas.

- *Desenvolver e implementar políticas, processos e atividades centradas na luta contra a corrupção.* Por exemplo:
 - Desenvolver políticas e orientações detalhadas e robustas, sobre diversas questões éticas e de combate à corrupção, como presentes, entretenimento, doações políticas, ou viagens;
 - Desenvolver e implementar avaliações de risco robustas sobre práticas anticorrupção, para identificar áreas onde podem ocorrer melhorias;
 - Estabelecer unidades empresariais dedicadas e focadas em conformidade, ética e / ou anticorrupção, para identificar áreas que precisam de melhorias;
 - Desenvolver e implementar uma série de programas de treinamento anticorrupção para funcionários e gerentes, com base em cenários práticos de dilemas e nas políticas anticorrupção da empresa;
 - Desenvolver e implementar uma linha telefônica direta e anônima, em que funcionários, clientes, fornecedores ou consultores possam se sentir seguros para relatar quaisquer ações incorretas, em matérias relacionadas à corrupção; e
 - Preparar medidas robustas para lidar com quaisquer relatos de corrupção. *Investimento*

Social e Filantropia

- *Definir iniciativas empresariais de engajamento comunitário, que empoderem mulheres e meninas; realizar consultas comunitárias com as lideranças locais - homens e mulheres - para estabelecer fortes laços e programas que beneficiem todos os membros da comunidade.*
- *Melhorar a educação em escala global, apoiando esforços para atingir os ODM, pedindo a funcionários que doem tempo e dinheiro para projetos realizados por iniciativas locais em prol das crianças e fazendo doações semelhantes.*
- *Garantir que os investimentos sociais e iniciativas filantrópicas são respeitosos e sensíveis à cultura e aos costumes locais, inclusive de comunidades indígenas e tribais.*
- *Envidar esforços para melhorar o acesso da comunidade a recursos naturais (ou seja, acesso à água e a qualidade de tal água), em locais onde atua o fornecedor.*
- *Realizar consultas à comunidade, incluindo líderes indígenas e tribais, ao desenvolver e implementar projetos de investimento social.*
- *Criar projetos estratégicos de investimento social e desenvolvimentos de infraestrutura em áreas afetadas por conflitos ou de alto risco, com base na participação efetiva e no alinhamento com os planos de desenvolvimento da comunidade local.*

- *Integrar mecanismos robustos de avaliação de risco (incluindo a devida diligência) em todas as atividades empresariais filantrópicas* que envolvam organizações comunitárias e entidades governamentais, para ajudar a prevenir a corrupção.
- *Apoiar projetos de governos, sociedade civil e organizações internacionais, destinados a melhorar a governança e reduzir os riscos de corrupção no mercado / setor privado.*

Política Pública e Lobby responsável

- *Se pronunciar contra a violência contra as mulheres* e forjar parcerias com a sociedade civil, governo e outras empresas, incluindo fornecedores, para aumentar a conscientização sobre a violência contra as mulheres.
- *Apoiar programas de conscientização sobre a questão do trabalho infantil* e mobilizar as comunidades locais em prol das matrículas escolares, para impulsionar e melhorar a qualidade da educação.
- *Colaborar com empresas do mesmo setor, fornecedores, governos e sociedade civil, para combater e conscientizar sobre a exploração sexual e o tráfico de crianças.*
- *Promover e conscientizar as pessoas sobre a cultura, história e conhecimentos indígenas*, envidando esforços para reconhecer e corrigir injustiças praticadas contra essas comunidades no passado.
- *Enviar uma carta conjunta, de diretores executivos aos governos que negociam documentos intergovernamentais, defendendo referências adequadas de combate à corrupção.*
- *Participar de Pactos de Integridade*, em que as empresas e governos se unem para demonstrar publicamente o seu empenho comum em assegurar transparência nos projetos públicos.
- *Contribuir para os esforços de paz;* por exemplo, fornecer apoio material para as negociações de paz ou mobilizar uma campanha de opinião pública apoiando a paz.

Recomendações de políticas públicas para os governos

O Pacto Global da ONU promove uma abordagem holística para a sustentabilidade corporativa, através dos seus dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Muitos dos temas e discussões do Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20 enfatizaram os passos críticos que devem ser dados para alcançar a sustentabilidade, a partir de uma perspectiva ambiental. No entanto, é imperativo que as dimensões sociais da sustentabilidade também sejam reconhecidas, tratadas e incorporadas a estas discussões, e que resultados e iniciativas sejam desenvolvidos para atender às necessidades sociais e ambientais, de forma integrada. Durante o Fórum, os participantes discutiram as seguintes recomendações aos governos, entre outras:

- *Promover medidas anticorrupção e implementar políticas correlatas*, a fim de estabelecer sistemas de boa governança e uma mudança de incentivos, para que o empreendedorismo seja recompensado e os custos de se fazer negócios sejam reduzidos, incluindo:

- Assegurar a plena implementação dos princípios da Convenção da ONU contra a Corrupção, fortalecendo as políticas, leis e mecanismos de combate à corrupção, para criar condições de livre e justa concorrência e incentivar o bom comportamento;
- Apoiar os esforços voluntários das empresas para integrar medidas robustas anticorrupção nas estratégias e operações - fundamentais nas ações das empresas, em conformidade com a Convenção da ONU contra a Corrupção - incluindo avaliações de risco anticorrupção rigorosas e abrangentes;
- Apoiar os esforços empresariais de divulgar as iniciativas anticorrupção implementação, usando a Orientação de Relatório sobre o Princípio 10 contra a Corrupção, desenvolvido pelo Pacto Global da ONU e pela Transparency International;
- Apoiar ações coletivas inovadoras e iniciativas de parcerias público-privadas, com o objetivo de enfrentar os desafios de corrupção, e
- Apoiar os esforços das instituições de ensino superior de integrar a luta contra a corrupção em seus currículos, para preparar os gestores empresariais do futuro.
- *Tomar todas as medidas para respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas, superar a violência e estabelecer condições pacíficas e estáveis*, necessárias para que o setor privado forneça benefícios econômicos e sociais cruciais para um amplo desenvolvimento sustentável.
- *Implementar os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos*, a fim de aumentar a proteção dos direitos humanos dos impactos adversos decorrentes de atividades econômicas, promover o respeito empresarial pelos direitos humanos e garantir o acesso a compensações por vítimas dos efeitos nocivos da violação empresarial dos direitos humanos.
- *Garantir um elevado nível de proteção social e estabelecer programas que apoiem uma transição justa para um futuro com empregos sustentáveis e trabalho decente nas indústrias existentes e em indústrias novas e mais verdes*, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e as normas trabalhistas da Organização Internacional do Trabalho.
- *Promover a implementação dos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, Women's Empowerment Principles), por parte das empresas:*
 - Usar os WEP para entender como o setor privado pode promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, ao dialogar com as empresas sobre o papel das mulheres;
 - Considerar os WEP na elaboração e revisão de políticas públicas; e
 - Considerar um compromisso empresarial com os WEP ao tomar decisões sobre parcerias de negócios e contratos.
- *Incentivar as empresas a abraçar os Direitos da Criança e Princípios Empresariais:*
 - Usar os Direitos da Criança e Princípios Empresariais para informar quanto às expectativas de negócio;

- Promover os Direitos da Criança e Princípios Empresariais em todas as interações relevantes com empresas, como um componente-chave da sustentabilidade corporativa;
- Considerar outras ações para apoiar e incentivar as empresas, em seus esforços para aplicar os Princípios das Crianças.

VII. Urbanização e Cidades

Em todo o mundo, as cidades vêm enfrentando crises de resiliência, sustentabilidade e adaptação. Muitas metrópoles tornaram-se lugares alastrados, com uso intensivo de recursos - locais onde é difícil de se viver. Os problemas vão desde os associados às mudanças climáticas ou ao abastecimento sustentável de água, até a crescente desigualdade econômica ou o desmembramento das comunidades. A natureza interligada dessas crises agrava o desafio.

Todos os dias, 180.000 pessoas juntam-se à população urbana global. Todo ano, constrói-se o equivalente a duas cidades do porte de Tóquio. Um em cada seis habitantes urbanos vive atualmente em uma favela. Ao longo das próximas décadas, a ONU estima que quase todo o crescimento da população mundial ocorrerá nas cidades, com consequências enormes de estresse na infraestrutura.

Neste contexto, torna-se uma prioridade trabalhar no sentido de atingir a sustentabilidade urbana, definida como a durabilidade, a longo prazo, de uma cidade e de suas comunidades - resguardando os direitos humanos básicos - à medida que a cidade negocia práticas e significados mutantes, em todos os domínios sociais: econômico, ecológico, político e cultural. Quando a sustentabilidade é tratada como apenas uma questão ecológica ou econômica, é possível pensar em cidades sustentáveis que não são bons lugares para todos viverem. Para conseguir um futuro melhor para todos, a sustentabilidade urbana deve ser considerada e tratada de forma integrada.

Inovação

Levando em conta a abrangência dos desafios, é importante fazer algo mais do que apenas executar soluções sintomáticas ou isoladas. Bem como em soluções de planejamento de curto e médio prazo, é necessária uma inovação fundamental. A inovação irá envolver municípios, sociedade civil e empresas, que trabalham juntos e se apoiam uns nos outros. No Fórum, os exemplos discutidos incluíram:

- *Desenvolver planos de longo prazo para toda a cidade, integrando considerações referentes a todos os domínios do social.* Os melhores planos são subsidiados por consultas extensas e uma cooperação permanente com as sociedades civil e empresarial. Eles incluem investimentos econômicos de longo prazo, cuidadosos re-equipamentos e re-estruturações ecológicas e cuidadosas, permanente sensibilidade cultural e estabilidade política negociada, apesar de mudanças.
- *O estabelecimento de planos de desenvolvimento econômico integrado, de uso da terra e de infraestrutura de transportes.* O desenvolvimento integrado do uso da terra e dos transportes é um subconjunto importante das atividades de desenvolvimento econômico e possibilita uma distribuição mais justa das oportunidades de emprego. Algumas cidades, por exemplo, têm a exigência formal de que as decisões sobre ordenamento territorial e transportes devem ser tomadas simultaneamente. Ações para coordenar a localização dos domicílios, a localização do local de emprego / empresa e redes de transportes podem criar polos de desenvolvimento econômico poderosos dentro de cidades em crescimento – de preferência em grande escala, através do acúmulo de atividades relacionadas.
- *Mudar o uso da matriz energética, para utilizar, cada vez mais, recursos renováveis.* A integração de fontes de energia renováveis e menos prejudiciais ao meio ambiente é essencial. Novas fontes de energia, que

utilizam energia solar, eólica e térmica, estão se tornando uma parte cada vez maior da infraestrutura urbana de algumas cidades e estão integradas à gestão do crescimento urbano. As principais autoridades municipais estão abraçando tecnologias e inovações, para oferecer soluções de baixa energia e projetar distritos sustentáveis e comunidades resilientes.

- *Apoio à pesquisa, análise de dados e desenvolvimento de indicadores de sustentabilidade.* As cidades que estão obtendo os resultados mais sustentáveis e habitáveis têm consciência crítica - obtida através de pesquisa - de suas próprias limitações. E elas são inovadoras no tratamento de indicadores como medidas de tendências inter-relacionadas e, por vezes, contraditórias, ao invés de se pautarem por métricas simples ou indicadores-chave de desempenho singulares. Rever o progresso de implementação, bem como a relevância contínua das estratégias, planos ou políticas, é fundamental. Algumas cidades têm um ciclo regular de revisões, enquanto que outras identificaram gatilhos que geram revisões, como, por exemplo, quando a população chega a determinado nível.

Colaboração

A negociação transversal, entre setores, é fundamental; porém, isto envolve mais do que apenas diálogo. Ela funciona melhor quando são negociados e executados projetos que afetam todo um distrito ou uma cidade. Ela funciona de forma mais eficaz quando os parceiros envolvidos na cooperação usam ferramentas comuns, que permitem o diálogo e a exploração mútua dos problemas a serem combatidos. Nesse processo, instituições e iniciativas que facilitem a aprendizagem mútua são muito importantes. Exemplos de colaboração incluem:

- *Colaboração global entre cidades:* As organizações globais podem desempenhar um papel expressivo na criação de parcerias locais e regionais. Organizações como a ONU-Habitat, Metropolis, C40, R20 e ICLEI trabalham para desenvolver modelos de engajamento, descoberta de soluções e aprendizagem entre cidades ao redor do mundo.
- *Colaboração e coordenação regional:* Cidades que trabalham juntas em quadros regionais - ecorregiões, regiões econômicas, regiões políticas e regiões culturais - podem aumentar enormemente as capacidades das cidades individualmente. Um exemplo inovador, lançado no Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20, é a Aliança do Paraná, que reúne 399 municípios do Estado do Paraná, no Brasil, para deflagrar um processo de desenvolvimento de práticas de sustentabilidade em todo o estado. Outro exemplo é o trabalho realizado em Milwaukee, nos EUA, centrado na água e com a colaboração da Great Lakes.
- *Colaboração inter-setorial dentro das cidades:* Reunir municípios, empresas e grupos da sociedade civil esta se revelando um método eficaz de lidar com problemas urbanos complexos ou aparentemente insolúveis. O Programa Cidades do Pacto Global avança esta abordagem em dezenas de cidades, ao redor do mundo. Exemplos incluem o trabalho sendo feito em Porto Alegre, em relação a um projeto integrado de recuperação de favelas ligado à re-estruturação da reciclagem em toda a cidade e o Conselho Empresarial do São Francisco sobre Mudanças Climáticas.
- *Parcerias com a população local:* Todas as parcerias institucionais, do nível global ao nível local, em todas as cidades, devem ter uma base comum - a importância de trabalhar em estreita parceria com a população local. Isto pode ocorrer de várias formas, desde a democracia deliberativa até o engajamento presencial da

comunidade. Isso significa que as pessoas locais podem liderar iniciativas ou parcerias, geridas institucionalmente. Mas, em todos os casos, isso significa que as pessoas locais estarão envolvidas de uma maneira que vai além das consultas intermitentes.

Recomendações de Políticas Públicas

Para fazer avançar a agenda da sustentabilidade urbana integrada, há uma série de considerações políticas fundamentais que ampliam os princípios de parcerias multi-setoriais, planejamento integrado e trabalho em estreita colaboração com as populações locais, incluindo:

- Comprometimento dos governos em trabalhar com as cidades e as autoridades locais, para estabelecer capacidades de sustentabilidade com bons recursos, incluindo:
 - Desenvolver uma abordagem abrangente de gestão da sustentabilidade, em escala nacional;
 - Trabalhar com pesquisadores para desenvolver instrumentos, técnicas e protocolos comuns, que possam ser usados em diferentes cidades para medir o sucesso;
 - Criar um fundo de sustentabilidade, que possa ser usado para fins de pesquisa e desenvolvimento de protocolos de planejamento, para grandes projetos de infraestrutura.

- Comprometimento dos governos em incentivar suas cidades e outros centros urbanos a abraçar medidas de planejamento pautadas pela sustentabilidade, incluindo:
 - A demarcação dos limites de crescimento urbano - por exemplo, através do uso de contenção e restrição do uso de regiões ecológicas, além das principais zonas de assentamento urbano, para as necessidades de bacias de captação de água, reservas naturais e agricultura local;
 - Alocar terras, dentro das cidades, para usos que não incluam desenvolvimento pesado. As categorias de terras isentas de desenvolvimento urbano pesado devem incluir zonas de proteção e conservação, terrenos de inclinação acentuada, terras contaminadas, áreas perigosas, áreas com risco de enchente e suscetíveis à elevação do nível do mar, áreas com risco de incêndios florestais, áreas de importância cultural, terras sagradas, habitats ecológicos raros, parques importantes e outros espaços abertos e áreas de lazer;
 - Seleção de campos marrons ("brownfields", locais abandonados, ociosos ou subutilizados) para conversão integral e uso em projetos de habitação urbana sustentável;
 - Escolha de padrões ambientais claros, codificados e simples, para construções e infraestrutura, que permitam às empresas voltadas para a construção sustentável e fornecimento de infraestrutura competirem em pé de igualdade com outros provedores.

- Que os governos centrais e locais trabalhem com as empresas, para realizar avanços no desenvolvimento de infraestrutura para toda a região, melhorando a sustentabilidade e levando em conta as seguintes noções:
 - Fazer conexões entre a busca por capital, gestão diária e manutenção.
 - Esclarecer os mecanismos operacionais e os custos do projeto, durante toda a sua duração. Progredir, sempre que possível, nas grandes obras de infraestrutura, passando além de ciclos políticos de curto prazo ou instáveis.
 - Levantar em conta os custos de manutenção na cadeia de produção, ao considerar-se um novo capital social.

- Que os governos central e local se envolvam com as empresas para desenvolver políticas relevantes que:
 - Contenham a expansão geográfica das cidades-regiões e promovam o crescimento em regiões periféricas;
 - Remodelem os padrões e sistemas de assentamento, incluindo iniciativas de políticas nacionais para o investimento direto em cidades industriais em declínio, através de incentivos, melhorias de infraestrutura e políticas licitatórias sustentáveis;
 - Limitem a conversão rural-urbana não-planejada e a perda de agricultura; e
 - Mitiguem as emissões de carbono e se adaptem às consequências das mudanças climáticas.

VIII. Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Educação em Gestão Responsável

Um Fomentador de Sustentabilidade Corporativa

A sustentabilidade corporativa exige uma mudança de mentalidade por parte dos líderes empresariais, gestores e outras partes interessadas internas e externas, tais como investidores, consumidores, cidadãos e governos. Neste contexto, a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) e a educação em gestão responsável, conforme retratadas nos Princípios para Educação Empresarial Responsável (PRME, Principles for Responsible Management Education), são elementos fundamentais para práticas de sustentabilidade corporativa - com seu objetivo de integrar os princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação, aprendizagem, pesquisa e formação de opinião.

- A sustentabilidade corporativa depende crucialmente de recursos humanos, dentro e fora das empresas, especialmente a capacidade das pessoas de serem futuros geradores de valores sustentáveis para as empresas e para a sociedade como um todo. O setor educacional, principalmente as instituições de ensino superior (IES), têm um papel importante no desenvolvimento das capacidades de liderança em sustentabilidade corporativa.
- O discurso da sustentabilidade corporativa, incluindo conceitos como a "Base da Pirâmide" e "Criação de Valor Compartilhado", foi moldado por pesquisa acadêmica e líderes de opinião, especialmente os acadêmicos da área da gestão, que têm trabalhado em estreita colaboração com as empresas.
- As práticas de sustentabilidade corporativa criam incentivos para a ESD e para a educação em gestão responsável, ao defender sua causa e financiar o ensino e pesquisas para o desenvolvimento sustentável, por exemplo.

Assim sendo, a sustentabilidade corporativa, ESD e educação em gestão responsável estão inextricavelmente ligadas. É justamente isso que iniciativa dos Princípios para Educação Empresarial Responsável iniciativa (PRME) busca lograr, com a sua missão de defender e inspirar a educação para a gestão responsável, bem como pesquisas e reflexão global. Estabelecidos em 2007, com o aval do Secretário-Geral da ONU, os PRME tornaram-se uma plataforma para aproximadamente 450 IES com gestões relacionadas e com o apoio ativo de importantes associações e plataformas acadêmicas.

Inovação

As inovações na comunidade PRME podem ser vistas em vários níveis, como foi destacado no 3º Fórum Global para a Educação em Gestão Responsável, realizado em conjunto com o Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20:

- *Adotando os Princípios para a Educação Empresarial Responsável e Incorporando Questões de Sustentabilidade no Cerne da Educação Empresarial.* No nível dos signatários individuais dos PRME, conforme destacado no *Guia de Inspiração para a Implementação dos PRME*, a adoção dos PRME foi o gatilho para um processo de mudanças organizacionais inovadoras dentro das instituições de ensino superior. A mudança nos currículos é vista como um esforço de transformação do conteúdo de todas as

disciplinas, assim como o processo de incorporação de questões de sustentabilidade no centro da educação em gestão esta desencadeando uma maior exploração de novos ambientes de aprendizagem mais adequados para as questões de sustentabilidade. Isto, por sua vez, tem influência direta sobre os futuros administradores e as suas capacidades de serem geradores de valores sustentáveis para as empresas e para a sociedade em geral;

- *Incentivar signatários dos PRME a se tornarem líderes públicos de opinião.* Um novo conceito de gestão responsável e educação em liderança, estipulado na visão Rio+20 de "Gestão de Educação para o Mundo - Liderança Responsável para um Mundo Sustentável", solicita que os docentes capacitem as empresas para progredirem rumo à sustentabilidade corporativa e atuem como intelectuais públicos, trabalhando com várias partes interessadas para transformar as empresas e a sociedade;
- *Expandindo a comunidade PRME.* Uma adoção mais ampla e distribuída dos PRME, com capítulos regionais organizados pelos signatários, é um sinal promissor de uma segunda camada emergente da iniciativa dos PRME: não será apenas uma comunidade de aprendizagem voltada para dentro, mas uma comunidade que também tem uma ação externa e uma plataforma coletiva para o engajamento com as partes interessadas externas, para influenciar o caminho a ser seguido em direção à sustentabilidade corporativa e a uma economia global inclusiva e sustentável.

Colaboração

Colaboração, por exemplo, na forma de parcerias entre a academia e as empresas, bem como parcerias com múltiplas partes interessadas, que já estão ocorrendo, de várias formas, e conferem um sentido prático aos Princípios quinto e sexto dos PRME, sobre parceria e diálogo, respectivamente. Exemplos notáveis estão aparecendo, graças à estreita colaboração entre os PRME e o Pacto Global das Nações Unidas, que inclui:

- *Docentes envolvidos no Grupo de Trabalho dos PRME sobre Anticorrupção na Mudança Curricular, em estreita cooperação com o Grupo de Trabalho Anticorrupção do Pacto Global da ONU,* emitiram um conjunto de ferramentas para um quadro curricular anticorrupção, para alunos de MBA.
- *O Grupo de Trabalho dos PRME sobre Igualdade de Gênero colabora com a iniciativa dos Princípios de Empoderamento das Mulheres - um projeto de parceria entre o Pacto Global da ONU e a ONU Mulheres - e lançou uma câmara de compensação para os recursos e materiais pedagógicos.*
- *O Grupo de Trabalho Anti-Pobreza dos PRME desenvolveu uma visão geral das melhores práticas para incorporar o tema de redução da pobreza na educação de gestão e de liderança.*
- *Esforços serão envidados, no outono de 2012, no sentido de promover maior conscientização sobre os princípios de direitos humanos e a responsabilidade empresarial de se respeitar os direitos humanos, para os alunos de escolas de negócios.*
- *Algumas escolas signatárias dos PRME têm colaborado estreitamente com as Redes Locais do Pacto Global, realizando conferências e workshops, proporcionando capacitações, tais como sediar a secretaria da rede ou desenvolver e fornecer treinamento em sustentabilidade corporativa.*

- *Projetos conjuntos entre os PRME e a Global Compact LEAD* incluem o fornecimento de apoio analítico e esforços de capacitação, como o desenvolvimento de um programa de educação de tabuleiro.

Recomendações de Políticas Públicas para os Governos

Como agenda global proposta na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2002, a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável só pode ser promovida com total apoio dos governos de todo o mundo, especialmente de países onde os governos desempenham um papel importante no ensino superior e no estabelecimento da agenda de sustentabilidade corporativa. Neste sentido, os representantes e partes interessadas de escolas de gestão e de negócios e IES de todo o mundo se reuniram no 3º Fórum Global para a Educação em Gestão Responsável, a plataforma oficial da Rio +20 para avançar a ESD e a educação em gestão responsável no ensino superior e discutiram as seguintes recomendações de políticas públicas:

- *Apoiar e implementar o espírito da ESD* (ou seja, "A educação é um elemento indispensável no alcance do desenvolvimento sustentável"), ligando os programas de políticas já existentes para as IES em apoio à ESD, com os Princípios para Educação Empresarial Responsável e ampliando a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável para além de 2014.
- *Financiar programas de ensino e projetos de pesquisa em IES que promovem a educação em gestão responsável e a sustentabilidade corporativa.*
- *Agir como organizadores ou apoiadores de plataformas de múltiplas partes interessadas, em níveis local, nacional e regional, onde as IES, empresas, ONGs e outras partes interessadas colaborem para discutir, aprender e inovar, em prol de um desenvolvimento inclusivo e sustentável.*
- *Apoiar a PRME global e localmente e incentivar as instituições de ensino superior a aderir ao PRME, para que a iniciativa se torne um movimento social mais amplo, um verdadeiro agente de mudança na ESD e na educação em gestão responsável.*

Apêndice A

Compromissos de Ação da Rio + 20

O campo da sustentabilidade corporativa está entrando em uma nova e empolgante era, em que a aprendizagem, os diálogos e exercícios de implementação estão se transformando em ações sérias - projetadas para produzir resultados positivos e duradouros para as economias e sociedades de todo o planeta. Tais ações - tomadas individualmente por organizações empresariais, ou coletivamente, através de colaborações e parcerias - prometem agregar valor significativo ao longo do "quadrado de valores" da sustentabilidade corporativa, medido em termos econômicos, ambientais, sociais e éticos.

O movimento de sustentabilidade corporativa - especialmente quando enraizado em princípios universais - é, sem dúvida, uma das mais importantes tendências mundiais deste início de século. Em números crescentes, o setor privado está desenvolvendo abordagens, inovações e estratégias que estão contribuindo para a visão de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável - "O Futuro que Queremos". No entanto, o movimento está longe de ser plenamente realizado. O que é necessário, agora mais do que nunca, é uma onda crescente de ações - com base em compromissos sólidos e específicos, cujos resultados possam ser rastreados e registrados, para fins de mensuração de resultados, ajuste de estratégias, expansão de atividades e inspiração de terceiros.

O Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20 e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável têm proporcionado uma oportunidade histórica para o setor privado anunciar e destacar seus compromissos de ação e parcerias para enfrentar os desafios globais, em todo o espectro do desenvolvimento.

Foi também uma oportunidade para definir melhor a noção de "compromisso", e para a possível criação de um mercado global de compromissos. Tal mercado poderia servir como uma plataforma pública para inúmeras ações de empresas e parceiros, nos próximos anos e décadas. Este mercado poderia catalisar novas ações, conectar organizações afins e registrar e disseminar progressos e os impactos.

Ainda mais promissor, o Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20 contou com dezenas de compromissos de organizações empresariais participantes. O que une todos esses compromissos é um conjunto de critérios, que inclui quatro elementos. Para participar, o compromisso deve:

- i)** Avançar pelo menos uma das metas ou questões das Nações Unidas
- ii)** Incluir uma ou mais meta(s) vinculada a prazos(s)
- iii)** Ser mensurável
- iv)** Incluir relatórios públicos sobre o progresso, emitidos anualmente

O objetivo inicial e contínuo do Pacto Global das Nações Unidas é gerir este processo, através do qual entidades da ONU, bem como parceiros externos, como o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, podem canalizar compromissos através do business.un.org, [o UN-Business Partnership Gateway](http://business.un.org).

Segue um resumo dos cerca de 200 compromissos anunciados durante o Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20, organizados nas seguintes áreas: Compromissos de Ação Coletiva; Compromissos da Rede Local do Pacto Global; Compromissos Empresariais individuais.

Compromissos de Ação Coletiva

O Fórum de Sustentabilidade Corporativa contou com o anúncio de uma série de compromissos importantes, envolvendo ações coletivas. Tais ações apresentam, possivelmente, as maiores oportunidades referentes a um impacto passível de expansão. Esforços de ação coletiva beneficiam-se do efeito multiplicador de haver inúmeras empresas e outros interessados com pensamentos semelhantes, que trabalham juntos para alcançar um objetivo comum.

Talvez o mais importante desses esforços de ação coletiva sejam as Issue Platforms (Plataformas de Questão) - ou seja, iniciativas e programas especializados que se concentram em obter resultados para um problema específico de sustentabilidade - por exemplo água, energia, alimentos, anticorrupção, igualdade de gênero. Através de iniciativas como o Pacto Global da ONU, várias Issue Platforms têm surgido nos últimos anos. As mais bem sucedidas e promissoras têm, geralmente, as seguintes características: Elas: i) são enraizadas em um conjunto de princípios e dogmas comuns, ii) são concebidas como empreitadas de múltiplas partes interessadas; iii) incorporam mecanismos de responsabilização e de emissão de relatórios; e iv) empregam inovações para aprofundar o impacto e alcançar maior escala, incluindo polos para reunir esforços entre os parceiros e incubadoras, para fomentar novas ideias e conceitos.

Durante o Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20, os seguintes compromissos de ação coletiva foram anunciados:

- Em um comunicado especial, intitulado "Make Water Sustainability a Priority" (Façam da Sustentabilidade da Água uma Prioridade), 45 diretores executivos de grandes corporações da Norma Executiva Hídrica (CEO Water Mandate) comprometeram-se a ampliar e expandir seu desenvolvimento de políticas empresariais para a água e práticas de sustentabilidade em áreas como: i) eficiência no uso da água em instalações e as fábricas, ii) trabalho com os fornecedores para melhorar suas práticas de gestão da água; iii) desenvolvimento de parcerias público-privadas em leitos e bacias hidrográficas, com os governos, organizações da sociedade civil e outras partes interessadas. Para demonstrar seu compromisso, as empresas incluem exemplos de iniciativas e projetos que irão executar nos próximos anos e décadas. Além disso, o comunicado inclui recomendações de líderes empresariais para governos que participam da Rio +20. Mais especificamente, os diretores executivos que aderiram pedem que os governos se comprometam a desenvolver e implementar um planejamento de água mais abrangente e de longo prazo; se comprometem a trabalhar em nível internacional, para coordenar estratégias e ações; e se comprometem a colaborar mais ativamente com as comunidades empresarial e financeira, bem como a sociedade civil.

Mais: http://www.unglobalcompact.org/docs/Water_COMMUNIQUE_en.pdf

- Cuidar do Clima: as empresas se comprometem a calcular suas emissões de gases de efeito estufa, de acordo com as normas contábeis amplamente aceitas, estabelecer metas e relatar as métricas absolutas e de intensidade a cada ano e apresentar os resultados para revisão independente por terceiros, de forma periódica. As empresas também se comprometem a calcular e comunicar as emissões de gases de efeito estufa ao longo de suas cadeias de valor e trabalhar em colaboração em iniciativas que reduzam os impactos do clima, para o benefício comum de todas as partes interessadas. Por último, essas empresas comprometem-se a integrar os dados referentes às emissões de gases de efeito estufa e suas iniciativas de mudanças climáticas em seus relatórios financeiros anuais e outras plataformas apropriadas de comunicação com empresas e investidores.

Mais: <http://business.un.org/en/commitments/1332>

- 37 bancos, fundos de investimento e companhias de seguros apresentaram uma Declaração de Capital Natural, voltada à integração de considerações referentes ao capital natural em seus produtos e serviços. Os

financistas comprometem suas empresas a ajudar a construir um entendimento de seus impactos e dependências sobre o capital natural; incorporar o capital natural em seus produtos e serviços; relatar ou divulgar o tema do capital natural; e incluir o capital natural em seus quadros contábeis. A Declaração, assinada pelos diretores executivos, solicita que os decisores políticos reunidos na Rio +20 avancem na elaboração de legislação e regulamentos que possam incentivar o desenvolvimento de produtos e serviços financeiros que levem em conta e sustentem o capital natural da Terra.

Mais: <http://www.naturalcapitaldeclaration.org/2012/06/37-finance-ceos-announce-commitment-on-natural-capital-at-rio20/>

- 5 bolsas de valores se comprometem a promover investimentos sustentáveis e de longo prazo em seus mercados. Estas principais bolsas de valores - com mais de 4.600 empresas cotadas - anunciaram um compromisso de trabalhar com investidores, empresas e reguladores para promover investimentos sustentáveis de longo prazo e melhor disseminação de informações ambientais, sociais e de governança corporativa, por parte das empresas cotadas. *Mais:* <http://www.unglobalcompact.org/news/244-06-18-2012>
- 70 empresas, governos nacionais e organizações internacionais endossaram a Green Industry Platform (Plataforma da Indústria Verde), uma iniciativa que visa integrar as considerações ambientais e sociais nas operações empresariais, através do uso mais eficiente da energia e das matérias-primas, práticas inovadoras e aplicação de novas tecnologias verdes. Estas organizações se comprometeram a compartilhar informações e aumentar a conscientização sobre as políticas e práticas da indústria verde ao redor do mundo e desenvolver roteiros e parcerias estratégicas para setores, regiões ou países específicos.
Mais: <http://www.unido.org/index.php?id=1002609>
- O Pacto Global da ONU e um grupo de 16 empresas líderes e partes interessadas no setor de alimentos e agricultura se empenharam em defender o desenvolvimento de princípios empresariais globais e voluntários sobre boas práticas e políticas para a agricultura sustentável. Esta iniciativa tem por objetivo desenvolver um entendimento comum e um acordo sobre quais recursos e impactos são necessários, a partir da comunidade global, para transformar mercados e sistemas de suprimento agrícola.
- 300 das principais escolas de negócios e representantes de universidades de todo o mundo se comprometeram a: formar um grupo de liderança para incentivar as escolas signatárias dos PRME mais engajadas a ir mais além, em sua implementação dos princípios de sustentabilidade; excluir da lista os signatários que não compartilham informações regularmente sobre os progressos realizados na implementação dos PRME; e lançar Capítulos Regionais dos PRME, para melhor envolver as comunidades de ensino de gestão em nível local.
Mais: <http://business.un.org/en/commitments/2022>
- O Governador do Estado do Paraná, no Brasil, se comprometeu a adotar uma abordagem de sustentabilidade para todo o estado, em seus 399 municípios. Como parte deste esforço, órgãos estaduais e municipais e outras partes interessadas irão: 1) Promover a formação de funcionários municipais, membros dos poderes legislativo e executivo, através de cursos de curta duração, estágios de médio e longo prazo e intercâmbios; 2) Desenvolver um sistema de informação geo-referenciado (SIG), para coletar e administrar dados sobre a capacidade de fornecimento da infraestrutura e do setor público em 36 municípios, até 2013; 3) Implementar infraestrutura para aumentar o acesso e melhorar a qualidade da internet de banda larga em 50 municípios do Paraná, até 2013; e 4) Lançar o Calendário Parlamentar, um programa de assistência e implementação de políticas públicas em nível municipal, particularmente nas áreas de engenharia, agronomia e ciências da terra, até 2012. *Mais:* <http://business.un.org/en/search/commitments?search=parana>

Compromissos da Rede Local do Pacto Global

Um dos aspectos evolucionistas mais importantes do Pacto Global das Nações Unidas tem sido o desenvolvimento e o estabelecimento de redes locais organizadas - participantes e partes interessadas autogeridas e autogeridas, que operam dentro de um contexto local, ou outro contexto geográfico específico. Atualmente, Redes Locais do Pacto Global podem ser encontradas em 101 países. Tais redes locais ajudam a garantir que os princípios do Pacto Global das Nações Unidas sejam implementados em nível local, com a compreensão dos climas econômicos, políticos, sociais e culturais variáveis. Um número crescente destas Redes Locais estão evoluindo para tornarem-se polos de sustentabilidade - isto é, centros para a aceleração da inovação, implementação e ação. Dada a importância das parcerias em nível local, as Redes Locais do Pacto Global podem desempenhar um papel cada vez mais crítico.

Durante o Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio +20, várias Redes Locais anunciaram compromissos, incluindo:

A Rede do Pacto Global da Austrália se compromete a: 1) aumentar a conscientização e o engajamento em questões indígenas, 2) continuar o trabalho de seus Grupos de Liderança, em prol dos direitos humanos e do combate à corrupção, através de reuniões e materiais de orientação; 3) criar um Grupo de Liderança para o Meio-Ambiente, para promover o compartilhamento de conhecimentos e aprendizado entre os pares; e 4) promover a igualdade de gênero, através de eventos e da adição de pelo menos cinco novos signatários dos Princípios de Empoderamento das Mulheres a cada ano.

Mais: <http://business.un.org/en/assets/692ddb50-565f-4781-b5d3-2dce137fff1b.pdf>

A Rede do Pacto Global do Brasil esta mobilizando um compromisso em grande escala, em que mais de 200 diretores de empresas brasileiras endossaram as Contribuições Empresariais para a Promoção de uma Economia Verde e Inclusiva, que estabelece 10 compromissos a serem cumpridos até o final de 2012. Esses compromissos incluem: integrar a sustentabilidade na cadeia de valor, expandir o investimento em inovação e tecnologia, envolver-se mais com os principais interessados (ou seja, o governo, sociedade civil, sindicatos, academia e consumidores), enquanto garante resultados econômicos sustentáveis. Cada organização irá definir e divulgar metas mensuráveis referentes a estes compromissos.

Mais: <http://business.un.org/en/commitments/1632>

A Rede do Pacto Global da França compromete-se a aumentar a sua adesão para um total de 1.000 empresas; reduzir o número de empresas não-comunicantes; melhorar a qualidade das Comunicações de Progresso; e realizar duas a quatro conferências temáticas, eventos regionais e almoços por ano.

Mais: <http://business.un.org/en/commitments/442>

A Rede do Pacto Global da Indonésia compromete-se a melhorar o acesso à água potável e a práticas de saneamento e higiene. As redes pretendem aumentar a porcentagem de famílias que implementam saneamento comunitário em Cawang e Cilincing, duas regiões de Jacarta.

Mais: <http://business.un.org/en/commitments/572>

A Rede do Pacto Global da Índia compromete-se a trabalhar com os participantes para ajudá-los a incorporar a sustentabilidade em suas operações e estratégias. Até 2015, a rede irá realizar atividades de formação, para ajudar as empresas a cumprir as normas nacionais e globais de sustentabilidade; irá também envolver-se com o governo, para desenvolver políticas profícuas. Mais: <http://business.un.org/en/commitments/562>

A Rede do Pacto Global da Itália compromete-se a acrescentar 300 participantes ao Pacto Global e 80 à rede, até 2015; incentivar as empresas a assumir compromissos, com uma meta de 20 compromissos empresariais para a iniciativa "Energia Sustentável para Todos"; e desenvolver um novo programa de

treinamento, um processo COP de revisão por pares e de critérios comuns de sustentabilidade usados na identificação de fornecedores.

Mais: <http://business.un.org/en/commitments/1672>

A Rede do Pacto Global do Japão compromete-se a aumentar a adesão para 1.000 participantes de todo o Japão, até 2020; desenvolver ferramentas e recursos adicionais; fortalecer a participação nas atividades lideradas por empresas; e melhorar a estrutura organizacional, transparência e sustentabilidade da rede como um todo. A rede também quer que empresas japonesas representem 10% dos participantes de grupos de trabalho e iniciativas do Pacto Global. *Mais:* <http://business.un.org/en/commitments/1342>

A Rede do Pacto Global do Paquistão se compromete a facilitar e promover o diálogo sobre políticas e ações coletivas, para ajudar seus participantes a atingir os objetivos relacionados à redução do uso de energia, usando combustíveis mais limpos, reduzindo as emissões e apoiando a redução da pobreza, até 2017. *Mais:* <http://business.un.org/en/commitments/752>

A Rede do Pacto Global da Espanha se compromete a fornecer, a cerca de 1.000 PME, ferramentas e formação on-line, para ajudar as PME na medição e comunicação do progresso, na implementação dos dez princípios. Através deste esforço, a rede irá contribuir para a meta do Pacto Global de atingir 20.000 signatários, até 2020. *Mais:* <http://business.un.org/en/commitments/1472>

A Rede do Pacto Global do Uruguai compromete-se a dobrar o número de organizações aderentes ao Pacto Global no Uruguai, entre junho de 2012 e junho de 2014. *Mais:* <http://business.un.org/en/commitments/612>

Compromissos Corporativos Individuais

- ARM Holdings Ltd.
- AB SKF
- ABB Ltd.
- Accenture
- Acciona
- Agritech Faso
- Aid Green Co., Ltd.
- Anadolu Efes Biracılık ve Malt Sanayii A.Ş.
- Anheuser-Busch InBev NV
- ArcelorMittal (2)
- ARGE Consulting
- Banco Santander (Brasil) S.A.
- Bank of America
- BASF SE (2)
- Bayer AG
- BMW Group
- Borealis
- Bridgestone Corp. (2)
- Brisa Auto-Estradas de Portugal, S.A.
- Carmina Campus (2)
- Cementos Argos S.A. (3)
- China Petroleum & Chemical Corporation
- CLP Holdings Limited
- The Coca Cola Company
- Codethic SA
- d.light design
- Darden Restaurants
- Dell
- Deloitte LLP (2)
- Det Norske Veritas (DNV)
- Deutsche Post DHL
- DGB Financial Group
- The Dow Chemical Company
- Duke Energy (2)
- DuPont (2)
- EADS Astrium
- Eaton Corporation
- ECHOstore Sustainable Lifestyle
- EKO Asset Management
- Embraco
- Enel
- Eni (3)
- Enterprise Rent-A-Car
- Eskom (5)
- FEMSA (3)
- GDF SUEZ (6)
- General Motors
- GlaxoSmithKline
- Green11
- H&M
- Hanesbrands
- Henkel AG
- Hitachi
- Holcim
- Infosys Ltd
- Italcementi Group
- ITC Ltd.
- Kimberly-Clark Corporation
- KPMG International (3)
- Lafarge
- Lockheed Martin
- Marriott International
- Masdar Capital
- Masisa SA
- Metsa Group
- Microsoft Corporation
- Mitsubishi Chemical Holdings Corporation
- MWV (MeadWestvaco)
- NedBank
- Netafim (3)
- Nike, Inc (3)
- Nissan
- Nokero International Ltd
- Novozymes A/S
- Ofertia
- Osaka Gas
- Paramanagement Group
- Patagonia
- Philips
- Polarstern
- Procter & Gamble (3)
- Reed Elsevier
- Renault
- The Rezidor Hotel Group
- Rio Tinto (2)
- SABMiller (2)
- Schneider Electric (2)
- Sebel Furniture
- Shanxi Jinshang Energy Asset Management Ltd.
- Siemens AG (2)
- Sime Darby Berhad
- SK
- Sompo Japan Insurance Inc.
- Soprise! LLP
- Statoil ASA
- Storebrand
- Suez Environnement (8)
- Sumitomo Chemical Company
- The Sustain Group
- Turkiye Garanti Bankasi A.S.
- Tanzania Renewable Energy Association
- Telefonica
- Total (2)
- Toyola Energy Limited
- Unilever (3)
- The Walt Disney Company
- Weyerhaeuser
- Xerox

Informações sobre cada um desses compromissos corporativos - incluindo objetivos e metas - podem ser encontradas em: <http://business.un.org/commitments>

Apêndice B

Visão Geral do Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio+20

Uma visão geral das mais de 120 sessões realizadas durante o Fórum, por tema e organizador(es)

Agricultura & Alimentos

- Action towards Sustainable Livestock Sector Development (FAO)
- Better Linking Smallholder Farmers to Markets (UNGC)
- Delivering a Programme on Sustainable Consumption and Production in Food and Agriculture (FAO/UNEP)
- Driving Inclusive and Green Growth in Agriculture through Public-Private Collaboration Platforms (UNGC/Government of Denmark/UNDP)
- Global Governance for Sustainable Food and Agriculture (FAO)
- Innovation & Collaboration for Food Security and Sustainable Agriculture (UNGC)
- Making Sustainability Standards Work for those Most in Need (Government of Sweden/IISD)
- Mitigating Risks and Increasing Resilience of Small Farmers, Innovative Partnerships and Lasting Impact (Government of Switzerland)
- Partnerships for Globally Sustainable Agriculture (GC Network Malaysia)
- Secure Food Systems, Drivers for a Sustainable Tomorrow (UNEP/FAO)
- The Sweet Spot: Cocoa's Promise of Sustainability, Equity and Profitability for Smallholders and Business (IFAD)
- Technology and Knowledge Sharing for Sustainable Agriculture (Croplife, World Farmers Organization)
- Transformational Partnerships for Food, Nutrition and Development (UNGC)

Economia & Financiamento do Desenvolvimento Sustentável

- Board Adoption and Oversight of Sustainability (UNGC/PRI)
- Building a New Ecosystem for Sustainable Economy (GC Network Korea)
- The Business Case for the Green Economy (UNGC/UNEP/UNEP-FI)
- The Case for Corporate Sustainability Management and Reporting in Developing Markets (UNGC/Government of Switzerland/GRI)
- CEOs and NGOs Views on Innovation for Sustainability (GC Network France)
- A Changing World: Business as Unusual (GC Network Bangladesh/GC Network Pakistan/GC Network Vietnam/UNESCAP)
- Communicating ESG Value Drivers at the Investor-Company Interface (UNGC/PRI)
- Enterprise 2020: Multi-stakeholder Planning in Ukraine (GC Network Ukraine)
- Financing 'Sustainable Energy for All' (UNGC/PRI)
- Framework for Action: Social Enterprise & Impact Investing (UNGC/Rockefeller Foundation)
- From 1992 to 2012: 20 Years of Sustainability Mainstreaming in the Financial Sector (UNGC/UNEP)
- Green Chemistry (UNIDO)
- A Green Economy through Sustainability Reporting: On 'Report or Explain' & G4 (GRI)
- Green Gold: Financing the Green Economy (UNEP)
- Integrated Reporting and Innovation: Communicating in the 21st Century (IIRC/GC Network UK)
- Launch of Green Industry Platform (UNIDO)
- Launch of the Natural Capital Declaration: Perspectives from Senior Executives (UNEP-FI)
- Realizing the Value of Responsible Investment (UNGC/PRI)
- The Resource Efficiency Revolution: Decoupling for Change (UNEP/UNIDO)
- The Role of Local Networks for Sustainable Development in Emerging Democracies (GC Network Bulgaria/GC Network UK)
- Standards Driving Sustainability through Financial Markets (IFC)
- Sustainable Stock Exchanges 2012 Global Dialogue (UNGC/PRI/UNCTAD/ UNEP-FI)
- The Finance and Economics of Sustainable Development in Southern Africa (GC Network South Africa)
- Unlocking Private Investment in Clean Energy: The Role of SMEs in the Developing World (AFD, IADB)

Energia & Clima

- Accelerating Green Growth through Public Private Partnerships (3GF/UNGC)
- Activities and Challenges to Promote Innovation for Sustainable Development (GC Network Japan)
- Building Markets for Greener Products (US Environmental Protection Agency)
- Business & Industry Response to the Sustainability Challenge: Impacts & Opportunities for UN Stakeholders, Global Compact Signatories & Local Networks (GC Network Australia)
- Business Contribution towards the National Goal for a Low-Carbon Economy (GC Network Costa Rica)
- Caring for Climate Signatories Meeting (UNGC/UNEP/UNFCCC)
- Criando Impactos do Uso de Energia Limpa e Renovável de Economia Rural (GC Rede Nigéria)
- Double Global Rate of Improvement in Energy Efficiency to Achieve ‘Sustainable Energy for All’ (UNGC)
- Double Share of Renewable Energy in the Global Energy Mix to Achieve ‘Sustainable Energy for All’ (UNGC/UNEP)
- Energy+: An International Initiative to Leverage Commercial Investments and Climate Finance (Government of Norway)
- Ensure Universal Access to Modern Energy Services to Achieve ‘Sustainable Energy for All’ (UNGC/UNDP)
- Leadership for a Clean Revolution (The Climate Group)
- New Geographies of Corporate Sustainability (UNGC/GC Network Brazil, GC Network China, GC Network India)
- Resource Efficiency and Enterprise Competitiveness (UNIDO/Government of Switzerland/IFC)
- Rio Forward: Transformative Solutions for a Green Economy (The Climate Group/Carbon Disclosure Project)
- Sustainable Energy for All: Mobilizing Action and Partnerships around ‘High Impact Opportunities’ (UNGC)
- Towards a Green and Resilient Economy: Addressing the Climate-Water Nexus (UNGC/UNEP)

Desenvolvimento Social

- Annual Meeting of the Global Compact Brazilian Network: Business Leadership and the Role of Cooperation in Sustainable Development (GC Network Brazil)
- Anti-Corruption Risk Assessment as Basis for Sustainable Organisation (UNGC)
- Building a Global Union for Sustainability: The Role of Business, Industry and NGOs (Insituto Ethos)
- Business Engagement with Indigenous Peoples (UNGC)
- Business, Peace and Sustainable Development (UNGC/PRI)
- Changing the World through Fashion (GC Nordic Network)
- Children and Business: Making the Connection for Sustainability (UNGC/ UNICEF/Save the Children)
- Corporate Respect & Support for Human Rights: The Foundation for Sustainability (UNGC)
- The Role and Benefit of Voluntary Actions and Programmes (GC Network Indonesia)
- Enabling Green and Inclusive Markets: A Case for Public Private Collaboration (UNGC/DCED/WRI)
- Foundations for Sustainability Leadership: Responsible Management and Leadership Education (UNGC/PRME)
- Foundations of Social Investment (UNGC/PSI)
- Gender Equality for Sustainability (UNGC/UN Women)
- Global Compact European Companies Towards Rio+20 and Beyond (GC Network Italy)
- Global Compact Network Egypt Members Best Practices (GC Network Egypt)
- Good Business Models for a Sustainable Future (ITC)
- How Local Networks are Inspiring Business to Advance Human Rights (GC Network Australia/GC Network Germany)
- Partnering in Innovation for Sustainable Development (GC Network Italy)
- Profits and Opportunities at the Base of the Pyramid: Sustainable Development through Inclusive Business (Business Call to Action)
- The Reconceptualization of Business (UNGC/PSI/Regional Support Center for the Global Compact in Latin America and the Caribbean)
- Sustainability with Integrity: From Organisational Change to Collective Action (UNGC)
- The Sustainable Supply Chain: Scaling-up the Impacts of Sustainability Practice (UNGC)
- Women & Sustainable Development: The Role of Business (UNGC/UN Women)
- Women’s Empowerment Principles: Local Opportunities to Turn Principles into Progress (UNGC/UN Women)

Urbanização & Cidades

- Building Partnerships for Urban Futures: Leveraging Strengths, Driving Change through Shared Values (UN-HABITAT)
- Collaboration and Innovation to Address Urban Poverty (GC Cities Programme/World Vision)
- Cities at the Heart of the Future We Want (UNITAR)
- Iluminação da Revolução Limpeza: Business and Transformational Change in an Urban Environment (The Climate Group)
- Looking Into the Future of Sustainability: An Approach to Sustainable Cities and Renewable Energy (GC Network Spain)
- One Planet Living: Sustainable Communities and Business from the UK to China (BioRegional Development Group)
- The Path to Resource Efficient Cities: Innovation in Action (UNEP)
- Sustainable Cities: Global Challenges, Local Solutions (GC Cities Programme)
- Sustainia: Building the World of Tomorrow (Sustainia)

Água & Ecossistemas

- Aligning Business Practice with the Human Right to Water and Sanitation (UNGC)
- CEO Water Mandate Endorser Planning Meeting (UNGC)
- Corporate Action on Biodiversity and Ecosystem Services (UNGC/IUCN)
- Corporate Water Stewardship & Innovative Partnerships: An Imperative for Improved Water Resource Management (Alliance Water Stewardship)
- Emerging Best Practice in Corporate Water Disclosure (UNGC)
- Enabling Achievement of Water Sustainability Objectives: Collective Action & the Water Action Hub (UNGC)
- Understanding Effective Water-related Collective Action in Practice (UNGC)
- Responsible Water Management Practices in Conflict-Affected & High-Risk Areas (UNGC)
- Sustainable Water Use in Textile Production: A Case for Cooperation (Government of Sweden)
- Sustaining Life on Earth: Innovative Public-Private Partnerships to Combat Biodiversity & Ecosystem Services Loss (GC Network Turkey)
- Tourism for Tomorrow's Green Economy/Sustainable Tourism (WTTC/GC Network Malaysia/GC Network Sri Lanka)
- Water Conservation Initiatives Across Sectors (GC Network Indonesia)

Sessões de Patrocinadores

- Challenges to Financial Inclusion in Brazil (Bradesco)
- Conscious Consumption, Sustainable Business: New Steps to Build More Sustainable Production and Consumption Modes (Grupo Pao de Acucar)
- Education on Sustainable Development: How to Engage the Consumer (Whirpool)
- From Responsibility to Investment: Accelerating Corporate Social Participation through Social Enterprise (SK)
- The Future of Health (Amilpar)
- Mechanisms for Valuating Biodiversity: Challenges and Proposals (Banco Santander)
- Partnerships for Sustainable Growth (Anglo American)
- UNEP FI 20th Anniversary Celebration: Special Focus on Latin America (Itaú Unibanco/UNEP-FI)

Apêndice C

Encerramento da Plenária de Alto Nível - Pacto do Rio: Agenda

Pacto do Rio

18 junho de 2012, 16:00 - 19:00

O Pacto do Rio reunirá diretores executivos com líderes de governos, sociedade civil e as Nações Unidas, bem como os participantes do Fórum, para discutir e identificar estratégias para uma nova era de sustentabilidade global. A sessão irá destilar os resultados dos quatro dias do Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio + 20 e identificar as ações empresariais mais promissoras e compromissos em seis temas do Fórum: Energia & Clima, Água & Ecossistemas, Agricultura & Alimentação, Desenvolvimento Social, Urbanização & Cidades, e Economia & Financiamento do Desenvolvimento Sustentável.

Moderador: Sr. Nader Mousavizadeh, Diretor Executivo, Oxford Analytica

16:00 - 16:05 Mensagem de Boas-Vindas, S.M. a Rainha Silvia, da Suécia

16:05 - 16:45pm Introdução: Sustentabilidade Corporativa como uma Força de Mudança

Um apelo inspiracional para as empresas intensificarem seus esforços para fazer avançar a sustentabilidade corporativa. Os principais resultados do Fórum de Sustentabilidade Corporativa da Rio + 20 serão apresentados, por tema. Os participantes irão aprender sobre soluções inovadoras e colaborações público-privadas para enfrentar os desafios relacionados aos temas.

Sr. Georg Kell, Diretor Executivo, Pacto Global das Nações Unidas

Sra. Brittany Trilford, vencedora do concurso Date With History e palestrante na Rio +20

Sr. Paolo Andrea Colombo, Presidente, ENEL

Sr. Brian Dames, Diretor Executivo, ESKOM

Sr. José Lopez, Diretor de Operações, Nestlé S.A.

Sr. Pierre Sané, presidente, Imagine África Internacional

Sra. Janice E. Perlman, Fundadora & Presidente, Projeto Mega-Cities

Sr. Caio Koch-Weser, Vice-Presidente e Conselheiro Sênior, Deutsche Bank Group

Sr. Norman Arruda, Diretor Executivo, ISAE FGV

16:45-17:00 Introdução à Mesa Redonda: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Sra. Patti Londoño, Vice-Ministra de Assuntos Multilaterais do Ministério das Relações Exteriores, República da Colômbia

Sra. Michelle Bachelet, Diretora Executiva, ONU Mulheres

Sra. Amina J. Mohammed, Conselheira Especial do Secretário-Geral sobre Planejamento do Desenvolvimento pós 2015

Sra. Monica de Greiff, Diretora Executiva, Grupo Energia de Bogotá

17:00-17:50 Mesa Redonda Temática

Sentados em mesas temáticas com pares representando diferentes partes interessadas, os participantes irão discutir a seguinte pergunta, projetada para obter as suas opiniões e recomendações fundamentais relacionadas à proposta de desenvolver os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Os resultados das discussões desta mesa serão incluídos no relatório do Fórum.

Pergunta para discussão na Mesa Redonda: Com relação ao tema da sua mesa, como as ações e soluções empresariais podem ser melhor utilizadas no desenvolvimento e realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

17:50-18:10 Relatórios das Discussões em Mesa Redonda

Sr. Fu Chengyu, Presidente, Sinopec

Sr. Adrian Sym, diretor executivo, Alliance for Water Stewardship

Sra. Ruth Nussbaum, Co-Fundadora e Diretora, Proforest

Sr. Andrei Galaev, Diretor Executivo, Sakhalin Energy Investment Company

Sr. Yue Zhang, CEO, Grupo Broad

Sra. Rachel Kyte, Vice-Presidente, Rede de Desenvolvimento Sustentável, Banco Mundial

18:10-18:40 Anúncio de Compromissos e Parcerias

Sem compromissos concretos para a ação, os desafios globais de sustentabilidade não serão superados. Compromissos seletos, inovadores e que visam o futuro, bem como parcerias transformadoras, serão apresentados durante esta sessão.

Sra. Ertharin Cousin, Diretora Executivo, Programa Alimentar Mundial da ONU

Sr. Feike Sijbesma, CEO, Royal DSM N.V.

Sr. Jean-Marc Ollagnier, Executivo Sênior, Recursos, Accenture

Sr. Chey Tae-won, Presidente, SK Group

Sr. Rob Bernard, Chefe Estrategista Ambiental, Microsoft

Sr. Igal Aisenberg, Presidente e CEO, Netafim

Governador Carlos Alberto Richa, Estado do Paraná, Brasil

Mensagem especial: *Sr. Brice Lalonde, Coordenador Executivo, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*

18:45-19:00 Encerramento

Sr. Georg Kell, Diretor Executivo do Pacto Global das Nações Unidas

Sr. Peter Bakker, CEO, Conselho Mundial Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Sr. Maurice Strong, ex-Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento